



TRT 11: TÉCNICO JUD - ÁREA ADM

SIMULADOS

FOCADO NO PÓS-EDITAL DA BANCA FCC

AMOSTRA GRATUITA

Q2

PACOTE COMPLETO COM 50%OFF: [CLIQUE AQUI!](#)

APRESENTAÇÃO

Fala, Futuro(a) **Téc. Judiciário – Adm. do TRT 11!** Tudo bem?

Seja bem-vindo a nossa **AMOSTRA GRATUITA** do pacote de simulados pós-edital focado na banca **FCC** para o concurso do TRT 11.

VEJA ABAIXO COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão 4 simulados com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver as matérias de **Português, Direito do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Regimento Interno, Direitos Humanos e História da Amazônia.**

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **60 questões** e o comentário de cada questão disponível no final do simulado!
- No total são **quatro simulados**, no módulo 1 vão estar **liberados** os 4 simulados para você gabaritar!

Bons estudos e aproveite bastante sua **AMOSTRA GRATUITA!** Temos certeza de que será uma **ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

PORTUGUÊS

01)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Escravo da razão

O grande pensador Montaigne (1533-1592) foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento e razão foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo e a vontade. Seu conservadorismo pode ser visto, sob certos aspectos, como o que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo. Em sua concepção política o indivíduo é deixado livre dentro do quadro das leis e procura tornar tão leve quanto possível a autoridade do Estado.

Para Montaigne, o melhor governo seria o que menos se faz sentir e assegura a ordem pública sem pôr em perigo a vida privada, e sem pretender orientar os espíritos. Um tal tipo de governo é o que convém a homens esclarecidos, conscientes de seus direitos e deveres, obedientes às leis, homens que agem não por temor, mas por vontade própria.

Escravo da razão, Montaigne transmitiu essa servidão à filosofia que lhe sucedeu e marcou uma linha de desenvolvimento do pensamento ocidental. Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem, mas deixou aberta a possibilidade de se concluir que a própria contradição possa encerrar uma verdade.

(Extraído do encarte sem indicação autoral do volume MONTAIGNE, da coleção Os Pensadores. Porto Alegre: Globo, 1972, p. 223)

“Um tal tipo de governo é o que convém a homens esclarecidos, conscientes de seus direitos e deveres e obedientes às leis.”

A frase acima seguirá gramaticalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por

- A) prevenidos quanto a – acatadores das
- B) cômicos à – submissos por
- C) inteirados com – intransigentes nas
- D) sabedores por – servidores pelas
- E) cientes aos – resignados por

02) Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:

- A) Ao tempo de Montaigne, ninguém poderia supor que ele exerça influência sobre os liberais do século XIX.
- B) No caso de que ache vicioso o pensamento de alguém, Montaigne logo identificaria as contradições nele presentes.

C) Um verdadeiro filósofo, se lhe convier servir aos ditames da razão, não terá hesitado em enfrentar contradições do pensamento.

D) As verdades dogmáticas que Montaigne teria a enfrentar certamente provocarão sua reação dialética em face das contradições.

E) Ao filósofo nunca lhe faltará coragem para testar a força da dialética diante das contradições que se ofereçam ao seu pensamento.

03) No contexto do 3º parágrafo, a frase “Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem”

- A) aponta para uma contradição própria do pensamento de Montaigne.
- B) ressalta o valor que encontrava Montaigne na potência da razão.
- C) identifica aspectos de irracionalidade nesse grande pensador.
- D) encarece nesse filósofo o papel de detectar e diluir as contradições.
- E) denota o combate que Montaigne encetou contra a servidão racionalista.

04) No contexto do 3º parágrafo, a expressão servidão à filosofia

- A) faz ver um aspecto muito restritivo do pensamento de Montaigne.
- B) mostra que esse grande pensador pagou tributo a certos preconceitos.
- C) encarece a importância que dava Montaigne aos ideais mais abstratos.
- D) indica a determinação desse pensador no combate aos dogmatismos.
- E) sugere a reação de Montaigne às tendências racionalistas da época.

05) A afirmação de que o pensador Montaigne nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático, ganha sustentação ao se lembrar que ele

- A) deu vazão a ímpetos de rebelião contra as leis de seu tempo.
- B) foi um conservador a quem faltou a energia da ação.
- C) antecipou concepções do que viria a ser o liberalismo.
- D) defendeu a intervenção do Estado na vida privada.
- E) liberou o pensamento ocidental do peso das contradições.

06) Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

A nuvem

– “Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever uma semana inteira sem reclamar, sem protestar, sem espinafrar!”

E meu amigo falou de água, telefone, conta de luz, carne, batata, transporte, custo de vida, buracos na rua etc. etc. etc.

Meu amigo está, como dizem as pessoas exageradas, grávido de razões. Mas que posso fazer? Até que tenho reclamado muito isto e aquilo. Mas se eu for ficar rezingando todo dia, estou roubado: quem é que vai aguentar me ler? Acho que o leitor gosta de ver suas queixas no jornal, mas em termos.

Além disso, a verdade não está apenas nos buracos da rua e outras mazelas. Não é verdade que as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso de folhas vermelhas voando no ar? E ficaria demasiado feio eu confessar que há uma jovem gostando de mim? Ah, bem sei que esses encantamentos de moça por um senhor maduro duram pouco. São caprichos de certa fase. Mas que importa? Esse carinho me faz bem; eu o recebo terna e gravemente; sem melancolia, porque sem ilusão. Ele se irá como veio, leve nuvem solta na brisa, que se tingem um instante de púrpura sobre as cinzas do meu crepúsculo.

E olhem só que tipo estou escrevendo! Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão – e seus tradicionais buracos.

(BRAGA, Rubem. Ai de ti, Copacabana! Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, pp. 179-180)

Há emprego de uma personificação na frase:

- A) E meu amigo falou de água, telefone, conta de luz.
- B) Até que tenho reclamado muito isto e aquilo.
- C) a verdade não está apenas nos buracos da rua.
- D) as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso.
- E) Esse carinho me faz bem.

07)

O casamento, para ela, era isso: quarenta e oito anos de opressão, de humilhações, de vexames. Um verdadeiro tirano, o marido dela, um homem autoritário que lhe dava ordens sem cessar e que a ridicularizava na frente de todo o mundo: minha mulher é um desastre, proclamava, não faz nada direito.

E ela? Ela calava. Jamais protestara. Até os filhos se indignavam com aquela passividade: você não pode se deixar dominar dessa maneira, diziam, você tem de fazer alguma coisa. Ela suspirava, resignada, não dizia nada.

Mas estava, sim, resolvida a se vingar. Sua vingança seria cruel e requintada, uma vingança capaz de indenizá-la por uma vida de sofrimentos. Só faltava descobrir a maneira de fazê-lo.

A ideia lhe ocorreu quando, uma manhã, o marido perguntou se ela não vira seu cachimbo. Entre parênteses, gostava muito disso, de fumar cachimbo. Verdade que a ela o cheiro deixava tonta; mas ele pouco estava ligando. Entre a mulher e o cachimbo prefiro o cachimbo, costumava dizer, entre gargalhadas. Mas então ele tinha esquecido onde deixara o cachimbo – sinal de que a memória lhe falhava. E ela resolveu tirar proveito disso. Para quê? Para enlouquecer o marido. Exatamente: enlouquecê-lo. Era o mínimo a que podia almejar.

E aí começou o jogo. Onde está o cachimbo, perguntava ele. Ali onde você o colocou, dizia ela, em cima do televisor.

Ele ficava perplexo: eu coloquei o cachimbo em cima do televisor? E por que teria feito isso, se ali não é lugar de cachimbo? Quanto mais perturbado ele ficava, mais ela se entusiasmava. Era como uma gata brincando com um camundongo, um camundongo triste e desamparado. Você não viu o meu cachimbo? Está ali na prateleira, onde você o deixou. Eu? Eu deixei o cachimbo na prateleira? A coisa ia num crescendo, a angústia dele aumentando sempre. Ela já tinha o final planejado: um dia o cachimbo sumiria para sempre. E quando ele perguntasse ela responderia: você o jogou fora. O que seria um golpe... mortal? Mortal.

Só que ele morreu antes disso. Um ataque do coração, provavelmente. Ela chorou muito: em parte porque tinha pena dele, em parte porque não pudera consumir sua vingança. Mas aí teve uma ideia: colocar o cachimbo no caixão. Para atormentá-lo pela eternidade afora. Procurou o cachimbo, mas não o achou. Simplesmente não conseguia lembrar de onde o colocara. Ali, em alguma parte da casa, estava o maldito objeto. Só que ela não o encontrava. E isto significava que jamais teria paz. Que aquela lembrança a torturaria até a morte.

(SCLIAR, Moacir. O imaginário cotidiano. São Paulo: Global, 2002, p. 113-114)

O segmento sublinhado em o marido perguntou se ela não vira seu cachimbo (4º parágrafo) exerce a mesma função sintática do termo sublinhado em:

- A) Ela suspirava, resignada, não dizia nada (2º parágrafo)
- B) O casamento, para ela, era isso (1º parágrafo)
- C) Jamais protestara (2º parágrafo)
- D) you tem de fazer alguma coisa (2º parágrafo)
- E) E aí começou o jogo (5º parágrafo)

08) Mas aí teve uma ideia: colocar o cachimbo no caixão. Para atormentá-lo pela eternidade afora. (7º parágrafo)

O termo sublinhado acima introduz ideia de
A) condição.

- B) consequência.
- C) comparação.
- D) causa.
- E) finalidade.

09) Confere caráter hipotético à frase o verbo sublinhado em:

- A) Ela já tinha o final planejado (6º. parágrafo)
- B) você tem de fazer alguma coisa (2º. parágrafo)
- C) um dia o cachimbo sumiria para sempre (6º. parágrafo)
- D) Só que ele morreu antes disso (7º. parágrafo)
- E) não pudera consumir sua vingança (7º. parágrafo)

10) Nos dois primeiros parágrafos do último texto apresentado, a mulher é caracterizada como

- A) opressora.
- B) indignada.
- C) volúvel.
- D) submissa.
- E) subversiva.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

11) “Quando Belém era metrópole, São Paulo era ainda sertão”

Apesar do fenômeno urbano ter sido tardio na América Portuguesa, associado ao “ciclo do ouro” (sec. XVIII), Belém, Salvador, Rio de Janeiro e Recife já representavam a face urbana da colônia desde o início.

A respeito da centralidade de Belém para a história da América Portuguesa, analise as afirmativas a seguir:

I. Por sua importância estratégica e econômica, Belém se tornou a sede político-administrativa do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751), mantendo relações políticas diretas com Portugal.

II. Com a independência, a elite local, estreitamente ligada à Corte Joanina, se viu finalmente integrada ao Império do Brasil, apoiando a emancipação de imediato.

III. Durante o império, Belém se destacava por sua importância comercial: para o seu porto convergiam os artigos destinados à exportação, sobretudo goma elástica e drogas do sertão, assim como derivados da pecuária de Marajó.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

12) Com relação às capitanias hereditárias, estratégia pela qual Portugal decidiu colonizar o território brasileiro, assinale a opção correta.

- A) As capitanias hereditárias no Brasil tornaram-se inviáveis porque conflitavam com o modelo da grande propriedade agrícola exportadora.
- B) Os capitães-gerais detinham poucos poderes nas capitanias hereditárias, eram considerados meros funcionários da Coroa.
- C) As capitanias hereditárias foram criadas no Brasil porque a exploração de outras regiões do mundo não era lucrativa.
- D) No Brasil, as capitanias hereditárias foram bem-sucedidas, com exceção das capitanias de Pernambuco e São Vicente, as quais entraram em choque com as populações indígenas dessas regiões.
- E) Mediante o sistema de capitanias hereditárias, o Brasil foi dividido em áreas separadas por linhas paralelas ao equador que iam do litoral até o meridiano de Tordesilhas.

13) Durante o período colonial, a região amazônica ganhou importância no âmbito do Império Português por causa

- A) da extração e comércio das “drogas do sertão”, entre elas o urucum, o guaraná, a castanha-do-pará e o pau-cravo.
- B) da navegação dos rios da bacia amazônica, que possibilitavam o escoamento do ouro explorado na região, para Portugal.
- C) do cultivo do cacau e da extração do látex, produtos que foram largamente exportados para indústrias promovendo a riqueza da elite local, presente na modernização de Manaus e Belém.
- D) do tráfico de indígenas escravizados para o interior e o centro do território, região onde predominava a plantation que utilizava largamente essa mão de obra.
- E) da rentável produção agrícola desenvolvida pelos jesuítas, nas missões, que empregaram de forma assalariada aldeias inteiras no cultivo de algodão e fumo para exportação e o desenvolvimento da região.

14) Durante o período colonial, a Igreja Católica desempenhou um papel significativo na região amazônica. Com base no contexto histórico, qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre a atuação da Igreja na Amazônia?

- A) A Igreja Católica evitou o envolvimento em atividades de colonização e limitou sua atuação à esfera espiritual, sem influenciar a organização social e econômica da região.
- B) A expulsão dos jesuítas da Amazônia não teve impacto significativo na prática religiosa da região, pois outras ordens religiosas rapidamente preencheram o vácuo deixado por eles.
- C) O sistema de Padroado, estabelecido entre a Igreja e a Coroa Portuguesa, concedia ao rei de Portugal o poder de administrar assuntos eclesiásticos na Amazônia em troca de proteção e recursos para a Igreja.

D) As missões religiosas na Amazônia eram exclusivamente pacíficas, e os missionários não participaram de processos violentos como os "descimentos" para submeter os indígenas ao trabalho forçado.

E) O Tratado de Tordesilhas, mediado pela Igreja, atribuiu a região amazônica inteiramente à Coroa Portuguesa desde o início da colonização, sem disputas ou influência de outras nações europeias.

15) No contexto da colonização do Vale do Amazonas, as missões religiosas e os fortes desempenharam papéis complementares na expansão territorial portuguesa. Com base nos aspectos históricos apresentados, qual das seguintes afirmações melhor descreve essa dinâmica?

A) As missões religiosas e os fortes atuaram de forma independente, sem qualquer tipo de coordenação entre si, o que muitas vezes levou a esforços duplicados e conflitos internos.

B) Os fortes foram estabelecidos principalmente para a defesa contra ataques nativos, enquanto as missões religiosas focavam exclusivamente na evangelização dos povos europeus que migravam para a região.

C) As ordens religiosas, como os jesuítas e carmelitas, enfrentaram poucos desafios na região amazônica, devido à receptividade e fácil conversão dos povos indígenas ao cristianismo.

D) A colaboração entre missões religiosas e fortes foi essencial para a ocupação do Vale do Amazonas, com os fortes providenciando proteção e as missões facilitando a integração dos indígenas através da evangelização e exploração econômica.

E) A ocupação do Vale do Amazonas foi realizada com facilidade devido à topografia favorável da região, o que permitiu uma rápida expansão das atividades coloniais e missionárias.

REGIMENTO INTERNO TRT 11

16) De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, é correto afirmar sobre as Turmas do Tribunal:

A) Cada Turma é composta por 5 desembargadores, e a composição é determinada pela ordem de antiguidade sem alternância.

B) O quórum para julgamento em uma Turma é de 2 magistrados, independentemente da presença do presidente da Turma.

C) Se todos os 4 integrantes de uma Turma estiverem presentes, o julgamento será realizado por todos os membros.

D) Um desembargador transferido para outra Turma poderá ocupar imediatamente a presidência, mesmo que haja membros que não tenham exercido o cargo.

E) Na ocorrência de vaga em uma Turma, o desembargador nomeado ocupará a vaga na Turma onde esta ocorreu, e magistrados com vínculo de

parentesco até o terceiro grau não podem integrar a mesma Turma.

17) Em relação às competências, analise os itens abaixo.

1. Presidente do Tribunal;

2. Corregedor Regional.

() Convocar as sessões do Tribunal Pleno, ordinárias e extraordinárias, presidi-las, propor questões de ordem, colher os votos, votar nos casos e na forma previstos neste Regimento e proclamar os resultados dos julgamentos;

() Realizar, de ofício, sempre que necessária, ou a requerimento, correição parcial ou inspeção em varas do trabalho e nos serviços do Tribunal;

() Despachar os recursos interpostos das decisões das Seções Especializadas, das Turmas e do Tribunal, encaminhando-os ou indeferindo-os, com a devida fundamentação;

() Prestar informação sobre assentamento funcional de juiz e servidor para fim de promoção por merecimento ou aplicação de penalidade;

A) 1, 1, 2, 2.

B) 1, 2, 1, 1.

C) 1, 2, 1, 2.

D) 2, 1, 1, 1.

E) 2, 2, 1, 1.

18) No que diz respeito às regras de substituição e afastamento dos membros do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, conforme estabelecido em seu Regimento Interno, assinale a alternativa correta:

A) O Vice-Presidente do Tribunal é substituído pelo Corregedor, e na ausência deste, pelo desembargador mais novo.

B) Juízes titulares de vara do trabalho podem ser convocados para substituir membros do Tribunal afastados por qualquer período de tempo.

C) Desembargadores afastados temporariamente não podem participar de deliberações e votações em nenhuma hipótese.

D) Em caso de ausência simultânea do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor, a substituição será feita pelo desembargador mais antigo.

E) A convocação de juízes titulares de vara do trabalho como juízes convocados é feita aleatoriamente, sem observar a ordem de antiguidade.

19) De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em relação às férias e licenças dos magistrados, é correto afirmar que:

- A) Os magistrados podem acumular férias por até 3 meses, mediante autorização do Tribunal.
 - B) O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal podem gozar férias simultaneamente, desde que não comprometam o funcionamento do Tribunal.
 - C) Até 6 desembargadores podem estar de férias ao mesmo tempo, desde que a ordem de antiguidade seja respeitada.
 - D) Juízes de primeira instância devem seguir uma escala de férias organizada pelo Corregedor, levando em conta a conveniência e a antiguidade.
 - E) Licenças para tratamento de saúde superiores a 15 dias requerem inspeção por junta médica.
-

20) Segundo o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, no que concerne ao processo disciplinar e suas consequências para os juízes de primeira instância, assinale a alternativa correta:

- A) As penas de advertência e de censura são aplicáveis tanto aos juízes de primeira instância quanto aos desembargadores.
 - B) O processo disciplinar pode ser iniciado exclusivamente pelo Presidente do Tribunal.
 - C) As disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional não são aplicáveis no procedimento para apuração das faltas.
 - D) Um juiz punido com a pena de censura fica impedido de constar em lista de promoção por merecimento por um período de 2 anos.
 - E) A representação para início do processo disciplinar pode ser feita pelo Ministério Público do Trabalho ou pela Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros, e a deliberação cabe ao Pleno.
-

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21) O modelo de liderança situacional baseado nos estudos de Paul Hersey e Ken Blanchard é centrado, basicamente,

- A) na estrutura de iniciação, que corresponde à escolha da equipe de acordo com o desafio apresentado.
 - B) na adequação do estilo de liderança à situação e ao nível de maturidade da equipe.
 - C) na estrutura da tarefa, que demanda a adequada atribuição de atividades a cada colaborador, de acordo com seu grau de engajamento.
 - D) nas variáveis exógenas, que não influenciam o comportamento do líder, mas devem ser consideradas no estabelecimento de metas.
 - E) no nível de aceitação do líder pela equipe, que varia em uma relação proporcional ao grau de capacitação técnica dos liderados.
-

22) A Teoria da Expectativa (ou Expectância) desenvolvida por Victor Vroom, como contribuição aos estudos do fenômeno da motivação predica que

- A) a motivação para o trabalho é uma característica intrínseca do ser humano, que não necessita ser induzida por recompensas.
 - B) existe uma hierarquia de necessidades a serem atendidas para gerar a motivação, sendo as ligadas à subsistência as mais relevantes.
 - C) o homem médio não é motivado para o trabalho, sendo necessário criar um sistema de sanções para obter os resultados pretendidos.
 - D) o ser humano é motivado apenas por expectativa de reconhecimento e pertencimento, sendo as recompensas materiais neutras do ponto de vista da motivação.
 - E) o comportamento humano é orientado para resultados, sendo a valência a medida de atração que o resultado, ou recompensa, exerce sobre o indivíduo.
-

23) O conceito de qualidade total introduzido por W. Edwards Deming, absorvido largamente pelos japoneses na década de 1950, sustentava que

- A) a melhoria contínua da qualidade é garantida a partir da adoção de um sistema de quotas de produção, com inspeção em massa na fase final da cadeia produtiva.
 - B) vale a pena investir na melhoria da qualidade do produto desde que haja certeza da recuperação dos custos envolvidos com a incorporação da “mais valia” ao preço final.
 - C) a organização deve adotar uma filosofia de “falha zero”, incentivada por slogans e exortações de metas fundadas na eliminação de inconsistências a qualquer custo.
 - D) melhor qualidade proporciona, no conjunto, custos mais baixos de produção, devendo o controle ser feito ao longo de todo o processo produtivo.
 - E) a diversificação de fornecedores, com a instauração de uma competição entre os parceiros, aumenta a qualidade e diminui o custo dos insumos envolvidos na produção.
-

24) No âmbito da gestão de processos em uma organização, podem ser utilizadas diferentes ferramentas e metodologias, entre as quais o Diagrama de Ishikawa, o qual

- A) apresenta-se como uma matriz de quatro quadrantes, sendo dois deles ligados aos fatores internos (mão de obra e método de produção) e dois aos externos (fornecedores e clientes).
- B) parte dos efeitos dos problemas para a identificação das causas que os provocam, colocando-as em grau de importância na forma de uma representação gráfica semelhante a uma espinha de peixe.
- C) é representado em plano cartesiano, tendo como eixo horizontal as causas que mais se repetem nas falhas identificadas, e no vertical a frequência das falhas ocorridas, o que permite identificar as maiores correlações entre os dois eventos.
- D) adota a forma de um fluxograma com todos os inputs (entradas) e outputs (saídas) envolvidos em

um processo, tendo por objetivo a aplicação de ações avaliativas e corretivas.

E) sustenta que 80% do volume dos problemas de uma organização é constituído por apenas 20% de eventos causadores, em relação aos quais deve-se dirigir a atenção e ações preventivas e corretivas.

25) A utilização do Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de planejamento estratégico prioriza o equilíbrio organizacional a partir das perspectivas

A) financeira; dos clientes; dos processos internos; e do aprendizado/crescimento.

B) econômica circular; da responsabilidade social, ambiental e de sustentabilidade.

C) da governança interna; da comunicação; da qualidade e dos resultados financeiros.

D) da visão de futuro; da missão institucional; dos valores e da cultura organizacional.

E) de curto, médio e longo prazo, considerando as ameaças e oportunidades vigentes.

26) Entre os diferentes estudos que buscam contribuir para o entendimento da liderança no ambiente organizacional, aqueles que discorrem sobre a liderança transacional apontam como traço característico de tal modelo:

A) existência de uma relação paternalista entre líder e liderados, na qual as falhas são relevadas e é difícil obter resultados satisfatórios.

B) modulação do comportamento do líder de acordo com o grau de maturidade apresentado pelos liderados.

C) presença de um líder carismático, que conduz os liderados com base na crença que os mesmos nutrem quanto à sua superioridade.

D) uma relação simbiótica e tóxica entre líder e liderados, com resultados obtidos por meio de ameaças constantes.

E) recompensa proporcional ao desempenho, com o gestor se comportando como chefe, sem estimular o crescimento dos liderados.

27) No início da década de 1940, Abraham Maslow desenvolveu sua teoria sobre a hierarquia das necessidades, a partir da qual é possível inferir o que motiva cada pessoa. Segundo Maslow, o princípio básico da motivação consiste no fato de que o ser humano é

A) dotado de diversas expectativas e necessidades, não sendo plausível propor uma hierarquia entre elas, mas apenas constatar que não existe motivação quando o indivíduo possui necessidades básicas não satisfeitas.

B) avesso ao trabalho e ao esforço físico e intelectual, naturalmente, necessitando ser induzido a realizar essas atividades a partir de um sistema consistente de recompensas e de punições.

C) orientado apenas para busca de recompensas materiais, de forma que o grau de motivação obtido

constitui resultado diretamente proporcional ao salário e benefícios que lhe são oferecidos.

D) orientado, intrinsecamente, para busca de reconhecimento, pertencimento e afiliação ao grupo, possuindo esses fatores um peso relativo maior na motivação do que as recompensas financeiras.

E) motivado por necessidades não satisfeitas, e que certas necessidades básicas, precisam ser satisfeitas antes que outras: as de segurança, de associação, de status e de autorrealização.

28) Uma organização cuja estrutura seja do tipo divisional apresenta unidades.

A) de duração temporária, vinculadas a projetos por elas executados, além dos órgãos permanentes (staff).

B) que operam com relativa autonomia, denominados centros de resultados, organizados por produto, área geográfica ou clientela.

C) submetidas a estrutura externa à organização, que apura resultados de forma centralizada.

D) principais, ou de primeiro nível: financeiro, contábil e normativo, e subordinadas: encarregadas da produção.

E) criadas a partir de critério de departamentalização funcional, sem autonomia para apurar lucros ou prejuízos de forma individualizada.

DIREITOS HUMANOS

29) Uma vez necessário o comparecimento de um idoso enfermo perante os órgãos públicos, quando do interesse do próprio idoso, de acordo com as disposições da Lei nº 10.741/2003, é admitido o seguinte procedimento:

A) o agente público deverá promover o contato necessário com o idoso em sua residência.

B) o idoso se fará representar por procurador legalmente constituído.

C) o idoso se fará representar pelos familiares.

D) o idoso se fará representar pelo médico.

E) o idoso poderá ser representado por algum organismo de assistência social devidamente credenciado.

30) A Lei Maria da Penha considera violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial,

A) desde que ocorra em situação de coabitação com o agressor.

B) desde que ocorra em situação de coabitação e o agressor mantenha relação íntima de afeto com a vítima.

C) caso ocorrida no âmbito da família, desde que haja coabitação e exista união por laços naturais.

D) desde que ocorra no âmbito familiar, independentemente de coabitação, mas em razão de relação íntima com o homem agressor.

E) caso ocorrida no âmbito da unidade doméstica, abrange o agressor esporadicamente agregado ao espaço de convívio permanente entre as pessoas.

31) Sobre os direitos da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), considere as assertivas:

I. No caso *Atala Rizzo*, a Corte Interamericana afirmou, pela primeira vez, que orientação sexual e identidade de gênero são categorias protegidas pela Convenção Americana de Direitos Humanos, após considerar discriminatória decisão da Suprema Corte do Chile que retirou da mãe a guarda das filhas em virtude de convivência homoafetiva.

II. A ONU aprovou, recentemente, a Declaração sobre orientação sexual e identidade de gênero, que enuncia especificadamente direitos da população LGBT.

III. De acordo com a jurisprudência brasileira, o pedido de transexual para modificar a designação do sexo e do nome no registro civil somente pode ser feito após a realização de cirurgia de redesignação de gênero.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
 - B) II e III.
 - C) III.
 - D) II.
 - E) I.
-

32) O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, prevê em seu texto que, para o planejamento municipal, serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- A) plano diretor e desapropriações.
 - B) servidão administrativa e disciplina do parcelamento do uso e da ocupação do solo.
 - C) diretrizes orçamentárias, orçamento anual e concessão de direito real de uso.
 - D) zoneamento ambiental e gestão democrática participativa.
 - E) programas e projetos setoriais, planos de desenvolvimento econômico e social e direito de superfície.
-

33) A respeito dos marcos históricos, fundamentos e princípios dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- A) Segundo a doutrina contemporânea, direitos humanos e direitos fundamentais são indistinguíveis; por isso, ambas as terminologias são intercambiáveis no ordenamento jurídico.
- B) Os direitos humanos estão dispostos em um rol taxativo, que foi internalizado pelo ordenamento jurídico brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

C) No Brasil, os direitos políticos são considerados direitos humanos e seu exercício pelos cidadãos se esgota no direito de votar e de ser votado.

D) A dignidade da pessoa humana, princípio basilar da Constituição Federal de 1988, é fundamento dos direitos humanos.

E) Em razão do princípio da imutabilidade, os direitos humanos reconhecidos na Revolução Francesa permanecem os mesmos ainda na atualidade.

34) A respeito da teoria das gerações ou dimensões de Direitos Humanos, considere:

I. A adoção do conceito de gerações de Direitos Humanos é consensual na doutrina brasileira.

II. Os Direitos Humanos de segunda geração ou dimensão estão relacionados à ideia de solidariedade ou fraternidade, da mesma forma como os direitos de primeira geração ou dimensão estão amparados na ideia de liberdade.

III. Os Direitos Humanos de primeira geração ou dimensão, por se tratarem de direitos de defesa, não acarretam qualquer atuação prestacional do Estado em relação à efetivação dos mesmos.

IV. Os Direitos Humanos de segunda geração ou dimensão, dada a sua natureza prestacional, exigem uma atuação positiva do Estado para a sua efetivação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e IV.
 - B) I, II e III.
 - C) II, III e IV.
 - D) IV.
 - E) II.
-

35) No que tange à responsabilização internacional do Estado por violação de compromissos assumidos no âmbito internacional,

A) em respeito à soberania, o Estado não pode ser responsabilizado, internacionalmente, a fazer ou deixar de fazer algo no âmbito interno e as condenações se limitam a obrigações de dar.

B) prevalece que a responsabilidade é subjetiva, ou seja, prescinde de dolo ou culpa para que o Estado seja responsabilizado.

C) prevalece que, em matéria de Direitos Humanos, a responsabilidade é objetiva, devendo haver a violação de uma obrigação internacional, acompanhada do nexo de causalidade entre a mencionada violação e o dano sofrido.

D) o Estado não é responsabilizado se comprovar que investigou e puniu os seus agentes internos.

E) não há que se falar em responsabilização internacional, na medida em que não existe um órgão internacional de execução de sentenças condenatórias das cortes internacionais.

36) De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica),

- A) a pena pode passar da pessoa do delinquente.
- B) não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- C) os menores, quando puderem ser processados, devem cumprir a pena juntamente com os adultos.
- D) as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial segregar o criminoso do meio social.
- E) a pena de morte pode ser aplicada por delitos comuns conexos com delitos políticos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37) Sobre os atributos do poder de polícia, a

- A) discricionariedade está presente em todas as medidas de polícia como, por exemplo, na licença e na autorização.
- B) excoutoriedade consiste na possibilidade de a Administração Pública recorrer ao Poder Judiciário para compelir o administrado.
- C) delegabilidade consiste na possibilidade de delegar o poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado, desde que mediante prévia autorização legal.
- D) excoutoriedade está presente em todas as medidas de polícia, mas não a exigibilidade.
- E) exigibilidade envolve meios indiretos de coação como, por exemplo, a aplicação de multas.

38) O exercício dos chamados Poderes da Administração deve guardar fundamento legal e observar os princípios que informam sua atuação. Nesse sentido, as

- A) autarquias, como pessoas jurídicas sujeitas ao regime jurídico de direito público, são detentoras de poder normativo originário, sendo autorizadas a editar atos para impor e limitar direitos dos administrados.
- B) empresas estatais integram a Administração Pública indireta e, como tal, não se sujeitam aos princípios que informam a atuação da Administração direta, não obstante sejam criadas por lei e seu patrimônio esteja sujeito ao regime jurídico de direito público.
- C) fundações, ainda que instituídas por lei e mantidas pelo Poder Público, não integram a Administração Pública indireta, sujeitando-se integralmente ao regime jurídico de direito privado.
- D) empresas públicas exercem poder de polícia e poder disciplinar de forma inerente à sua natureza jurídica, prescindindo de previsão na respectiva lei criadora daqueles entes.
- E) autarquias, como pessoas jurídicas de direito público, podem exercer poder de polícia, observados os limites e campo de atuação constantes da lei que as criou.

39) O Tribunal de Contas do Estado de Goiás expediu atos normativos sobre matéria de sua

atribuição e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando os jurisdicionados ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade. A expedição desses atos é possível, no âmbito de sua competência e jurisdição, porque assiste ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás o poder

- A) regulamentar.
- B) administrativo.
- C) tutelar.
- D) executivo.
- E) organizacional.

40) Quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo direitos individuais, atua no exercício do poder

- A) de polícia.
- B) hierárquico.
- C) regulamentar.
- D) disciplinar.
- E) estritamente vinculado.

41) Quanto aos poderes administrativos é

- A) vinculado aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
- B) de polícia aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
- C) discricionário aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
- D) vinculado aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.
- E) de polícia aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.

42) Um servidor público pretende extinguir ato administrativo válido, por razões de oportunidade e conveniência. Nesse caso, a extinção do ato

- A) não será possível, tendo em vista tratar-se de ato administrativo válido, isto é, editado em conformidade com a lei.
- B) dar-se-á por meio de revogação, que corresponde a ato administrativo discricionário da Administração Pública, desde que presentes os requisitos legais.
- C) dar-se-á por meio de anulação, desde que observados os requisitos legais e respeitados os efeitos já produzidos pelo ato.
- D) dar-se-á por meio de revogação, desde que o ato que se pretende extinguir seja vinculado, pois apenas atos administrativos dessa natureza comportam revogação.
- E) poderá ocorrer tanto por meio de revogação quanto por anulação, no entanto, na primeira hipótese, produzirá efeitos ex tunc.

43) Pedro, servidor que ingressou recentemente em órgão administrativo encarregado de conceder licença de edificação, expediu alvará para construção de um galpão, verificando, posteriormente, que a competência para tanto

seria de seu superior hierárquico. Diante de tal situação, caberá a

- A) anulação do ato e a sua substituição por outro hígido, praticado pela autoridade competente, dado seu caráter discricionário.
- B) declaração de nulidade do ato, eis que vício de competência não é passível de saneamento.
- C) convalidação do ato pela autoridade competente, desde que presentes os requisitos legais para a concessão da licença, eis que se trata de ato vinculado.
- D) manutenção do ato, desde que o particular esteja de boa-fé e não tenha induzido a autoridade a erro, vedada a anulação ou revogação pela Administração.
- E) homologação do ato pelo superior hierárquico, com produção de efeitos apenas a partir do ato homologatório, dado seu caráter discricionário.

44) Quanto aos atributos e elementos do ato administrativo e respectiva relação com a existência e validade,

- A) a presunção de legitimidade que informa todos os atos administrativos não afasta a possibilidade de controle judicial em relação a eventuais vícios de legalidade, como no caso de ato proferido por autoridade incompetente.
- B) a imperatividade dos atos administrativos enseja medidas de autoexecutoriedade e, em razão da natureza discricionária, não admite controle judicial, apenas autotutela por parte da Administração Pública.
- C) a exigibilidade dos atos administrativos guarda relação direta com a forma, estando presente apenas nos atos vinculados que, como tal, encontram todos os seus requisitos de validade elencados na lei.
- D) o vício relativo ao motivo, ou seja, quanto aos pressupostos fáticos do ato, pode ser objeto de controle judicial, sem prejuízo da possibilidade de convalidação.
- E) o objeto do ato administrativo pode ser discricionário ou vinculado, sendo que somente os atos discricionários que apresentem vícios poderão ser convalidados.

DIREITO DO TRABALHO

45) Sócrates trabalha na empresa de segurança Alerta Máximo em jornada das 19 horas às 7 horas, exercendo as funções de vigilante ronda. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, o período laborado pelo empregado das

- A) 22 horas às 6 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 15% a mais.
- B) 21 horas às 5 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 20% a mais.
- C) 21 horas às 4 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 15% a mais.

D) 22 horas às 6 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 10% a mais.

E) 22 horas às 5 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 20% a mais.

46) Poliana está prestando serviços em teletrabalho para o Banco Mediterrâneo. O seu empregador pretende fazer a reversão do trabalho da empregada para a modalidade presencial. Para que a mesma se efetive, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,

A) deve haver a concordância da empregada, além de ser respeitado o prazo mínimo de transição de 10 dias.

B) é necessária a observância do prazo mínimo de transição de 15 dias, podendo ser realizada por ato unilateral do empregador.

C) é imprescindível a concordância da trabalhadora, além de ser respeitado o prazo mínimo de transição de 15 dias.

D) é necessária a observância do prazo mínimo de transição de 10 dias, podendo ser realizada por ato unilateral do empregador.

E) não há necessidade de prazo de transição, desde que haja concordância da empregada.

47) Os empregados da empresa de vigilância Farol Aceso, que possui 2.500 empregados, pretendem eleger comissão de seus representantes para entendimento direto com o empregador. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, esta comissão deverá ser composta por _____ membros, cujo mandato dos representantes dos empregados será de _____, sendo que os representantes dos empregados na comissão _____ garantia contra dispensa arbitrária ou sem justa causa.

As lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- A) 3 – 2 anos – não possuem
- B) 5 – 1 ano – não possuem
- C) 3 – 1 ano – possuem
- D) 7 – 2 anos – possuem
- E) 7 – 1 ano – não possuem

48) Com o fim de evitar demissões de empregados, a indústria de panificação Bisnaga Macia está negociando com o Sindicato dos Empregados um Acordo Coletivo de modo a possibilitar ter um alívio na folha de pagamento mensal e conseguir manter os empregos. Dentre algumas das cláusulas colocadas a exame encontram-se:

I. Estabelecimento de banco de horas para compensação de jornada dentro do prazo de 1 ano.

II. Alteração do grau de insalubridade por um período de 6 meses.

III. Redução por 1 ano do percentual de depósito de FGTS de 8% para 6%.

IV. Igualdade por 90 dias da remuneração do trabalho noturno e diurno.

V. Remanejamento dos feriados para que a folga recaia na primeira sexta-feira após o dia efetivo.

Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se como cláusula lícita o que consta APENAS em

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, II e V.
- E) I, IV e V.

49) Vênus encerrou seu período de licença-maternidade e deverá retornar ao trabalho na Metalúrgica Ferro e Fogo, onde prestava serviços em área de contagem de material, local considerado insalubre em grau mínimo. Vênus encontra-se em período de lactação e, nessa situação, ao retornar ao trabalho, conforme previsão na Consolidação das Leis do Trabalho, seu empregador

- A) deverá afastá-la do local insalubre até o final da lactação, mas nessa hipótese a empregada receberá apenas metade do adicional de insalubridade em grau mínimo que percebia antes do afastamento.
- B) deverá afastá-la do local insalubre até o final da lactação, mas a empregada continuará recebendo o adicional de insalubridade em grau mínimo que percebia antes do afastamento.
- C) poderá mantê-la no mesmo local de trabalho, eis que o afastamento da lactante se dá apenas nas hipóteses de local insalubre em grau máximo.
- D) poderá mantê-la no mesmo local de trabalho, eis que o afastamento da lactante se dá apenas nas hipóteses de local insalubre em graus médio e máximo.
- E) deverá afastá-la do local insalubre até o final da lactação, mas nessa hipótese a empregada não receberá o adicional de insalubridade em grau mínimo que percebia antes do afastamento.

50) Afrodite é enfermeira na clínica de saúde de idosos Aconchego e, por força da sua profissão receberá da empresa adicional de insalubridade em grau médio, após constatação em parecer de técnico contratado pelo seu empregador. Sabendo-se que o salário mínimo vigente na região é de R\$ 1.300,00 e que o salário fixo de Afrodite é de R\$ 2.500,00, o seu adicional de insalubridade será de

- A) R\$ 260,00
- B) R\$ 500,00

- C) R\$ 390,00
- D) R\$ 520,00
- E) R\$ 250,00

51) Herculano foi contratado pelo Banco Rende Mais na condição de estagiário, para desenvolver e complementar seu aprendizado no curso de Administração de Empresas. Sobre o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Herculano

- A) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, que é vedado aos estagiários, independente de acordo mútuo.
- B) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, independente de acordo mútuo.
- C) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, não podendo ultrapassar de dois dias na semana nessa modalidade.
- D) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, o qual é restrito a profissionais com vínculo empregatício.
- E) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, sem nenhuma restrição quanto à frequência.

52) Herculano foi contratado pelo Banco Rende Mais na condição de estagiário, para desenvolver e complementar seu aprendizado no curso de Administração de Empresas. Sobre o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Herculano

- A) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, que é vedado aos estagiários, independente de acordo mútuo.
- B) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, independente de acordo mútuo.
- C) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, não podendo ultrapassar de dois dias na semana nessa modalidade.
- D) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, o qual é restrito a profissionais com vínculo empregatício.
- E) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, sem nenhuma restrição quanto à frequência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

53) Leandro, parente consanguíneo de segundo grau de Pedro, que é Governador do estado de Goiás, pretende se candidatar pela primeira vez, nas próximas eleições para Prefeito, ao cargo de Prefeito do município de Goiânia. Por sua vez, Jorge, atual Prefeito de Goiânia, pretende se candidatar ao cargo de Governador do Estado de Goiás, nas próximas eleições para Governador. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, considerando-se que os demais requisitos foram preenchidos, na situação hipotética descrita, Leandro

A) poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois são inelegíveis no território de jurisdição do titular apenas os parentes consanguíneos de primeiro grau do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge não poderá se candidatar a Governador do Estado, uma vez que o seu mandato estará ainda vigente.

B) não poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois os parentes consanguíneos até terceiro grau do Governador de Estado são inelegíveis no território de jurisdição do titular, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito.

C) poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois são inelegíveis no território de jurisdição do titular apenas os parentes consanguíneos de primeiro grau do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito.

D) não poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois os parentes consanguíneos até segundo grau do Governador de Estado são inelegíveis no território de jurisdição do titular, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito.

E) poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois é inelegível no território de jurisdição do titular apenas o cônjuge do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito.

54) Amara é angolana, originária de Angola, país que possui a língua portuguesa como idioma oficial, e reside no Brasil há três anos ininterruptos. Pierre, de nacionalidade francesa, originário, portanto, de país que possui o francês como idioma oficial, reside no Brasil há 17 anos ininterruptos. Desde que preenchidos os demais

requisitos, com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, na forma da lei, Amara

A) e Pierre não podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por, no mínimo, 5 anos ininterruptos para os originários de países de língua portuguesa e de mais de 20 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade.

B) e Pierre podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por 1 ano ininterrupto para os originários de países de língua portuguesa e de mais de 15 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade.

C) pode se naturalizar brasileira, pois é exigida residência no Brasil por 1 ano ininterrupto para os originários de países de língua portuguesa, mas Pierre não pode se naturalizar brasileiro, pois para os estrangeiros de qualquer nacionalidade é exigida residência no Brasil por mais de 20 anos.

D) não pode se naturalizar brasileira, pois é exigida residência no Brasil por, no mínimo, 5 anos ininterruptos para os originários de países de língua portuguesa, mas Pierre pode se naturalizar brasileiro, pois para os estrangeiros de qualquer nacionalidade é exigida residência no Brasil por mais de 15 anos.

E) e Pierre não podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por mais de 20 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade, sejam, ou não, originários de países de língua portuguesa.

55) Ronaldo praticou crime de tráfico ilícito de entorpecentes, tendo como mandante seu irmão, Luís. Sabe-se que Carolina poderia ter evitado referido crime, mas se omitiu. Com base apenas nas informações fornecidas, a Constituição Federal impõe à lei considerar o crime mencionado

A) afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo.

B) inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

D) afiançável e suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

E) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

56) De acordo com a Constituição Federal, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho

A) não poderá ajuizar dissídio coletivo, porque o direito de greve é constitucionalmente garantido a todos, inclusive quando se tratar de atividade essencial.

B) não poderá ajuizar dissídio coletivo, apenas tendo legitimidade para tanto os empregadores da categoria.

- C) poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo ao Superior Tribunal de Justiça decidir o conflito.
D) poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo ao Supremo Tribunal Federal decidir o conflito.
E) poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
-

57) De acordo com a Constituição Federal, a atribuição de conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, é de competência privativa do Presidente da República,

- A) podendo ser delegada apenas ao Advogado-Geral da União, que observará os limites traçados nas respectivas delegações.
B) não podendo ser delegada, tendo em vista que as atribuições privativas do Presidente da República não são passíveis de delegação.
C) podendo ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
D) podendo ser delegada apenas com relação à comutação de penas aos Ministros de Estados, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.
E) não podendo ser delegada, pois não se encontra dentre as hipóteses previstas pela Constituição Federal como possíveis de delegação pelo Presidente da República.
-

58) Lucas, nas eleições de 2020, quando tinha 24 anos de idade, foi eleito Vereador em certo município brasileiro e, nas eleições de 2024, almeja ser candidato a Presidente da República. Nessa situação hipotética, de acordo com a Constituição Federal e com base apenas nas informações aqui fornecidas, com relação a sua candidatura ao cargo de Presidente da República em 2024, Lucas

- A) poderá se candidatar, desde que renuncie ao mandato de Vereador até quatro meses antes do pleito.
B) poderá se candidatar, desde que renuncie ao mandato de Vereador até seis meses antes do pleito.
C) não poderá se candidatar a outro cargo, pois não pode renunciar ao mandato de Vereador, devendo cumpri-lo até o final.
D) não poderá se candidatar, por não preencher condição de elegibilidade exigida para tanto.
E) poderá se candidatar, independentemente de renunciar ao mandato de Vereador, pois preenche todas as condições de elegibilidade exigidas.
-

59) De acordo com a Constituição Federal, a incumbência para defender os direitos individuais daquele que comprovar a insuficiência de recursos é

- A) da Advocacia Pública, representada pela Advocacia-Geral da União, em todos os graus, apenas judicialmente, de forma integral e gratuita.

- B) da Advocacia Pública, representada pela Advocacia-Geral da União, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita.
C) de qualquer integrante da advocacia privada, pois o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo, nesse caso, violável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
D) da Defensoria Pública, em todos os graus, apenas judicialmente, de forma integral e gratuita.
E) da Defensoria Pública, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita.
-

60) De acordo com a Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, dentre outros casos, o mandado de segurança contra ato

- A) da Mesa da Câmara dos Deputados e o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior.
B) da Mesa da Câmara dos Deputados e o habeas corpus decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
C) de Ministro de Estado e o habeas corpus quando o coator for Tribunal Superior.
D) da Mesa da Câmara dos Deputados e o habeas data contra ato de Comandante da Marinha.
E) de Ministro de Estado e o habeas data contra o ato de Comandante do Exército.
-

PACOTE COMPLETO COM 50%OFF: [CLIQUE AQUI!](#)

Questões Comentadas

PORTUGUÊS

01)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Escravo da razão

O grande pensador Montaigne (1533-1592) foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento e razão foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo e a vontade. Seu conservadorismo pode ser visto, sob certos aspectos, como o que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo. Em sua concepção política o indivíduo é deixado livre dentro do quadro das leis e procura tornar tão leve quanto possível a autoridade do Estado.

Para Montaigne, o melhor governo seria o que menos se faz sentir e assegura a ordem pública sem pôr em perigo a vida privada, e sem pretender orientar os espíritos. Um tal tipo de governo é o que convém a homens esclarecidos, conscientes de seus direitos e deveres, obedientes às leis, homens que agem não por temor, mas por vontade própria.

Escravo da razão, Montaigne transmitiu essa servidão à filosofia que lhe sucedeu e marcou uma linha de desenvolvimento do pensamento ocidental. Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem, mas deixou aberta a possibilidade de se concluir que a própria contradição possa encerrar uma verdade.

(Extraído do encarte sem indicação autoral do volume MONTAIGNE, da coleção Os Pensadores. Porto Alegre: Globo, 1972, p. 223)

“Um tal tipo de governo é o que convém a homens esclarecidos, conscientes de seus direitos e deveres e obedientes às leis.”

A frase acima seguirá gramaticalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por

- A) prevenidos quanto a – acatadores das
- B) cômicos à – submissos por
- C) inteirados com – intransigentes nas
- D) sabedores por – servidores pelas
- E) cientes aos – resignados por

Comentário:

Observe que ele mencionou "corretamente do ponto de vista gramatical" e não "mantendo o mesmo significado". O foco é puramente gramatical, não relacionado ao significado.

Assim, a opção A é a correta.

B - Incorreta. O verbo "submeter-se" é transitivo indireto: alguém se submete "a algo ou a alguém", e não "por algo".

C - Incorreta. O verbo "inteirar-se" é transitivo indireto: alguém se inteira "de algo", e não "com algo".

D - Incorreta. "Servidor" refere-se a alguém que serve. O verbo "servir" é transitivo direto. Alguém serve algo ou alguém, e não "por alguém".

E - Incorreta. "Ciente" tem origem no verbo "saber", que é transitivo direto. Alguém sabe algo, e não "ao algo".

Gabarito: Letra A.

02) Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:

- A) Ao tempo de Montaigne, ninguém poderia supor que ele exerça influência sobre os liberais do século XIX.
 - B) No caso de que ache vicioso o pensamento de alguém, Montaigne logo identificaria as contradições nele presentes.
 - C) Um verdadeiro filósofo, se lhe convier servir aos ditames da razão, não terá hesitado em enfrentar contradições do pensamento.
 - D) As verdades dogmáticas que Montaigne teria a enfrentar certamente provocarão sua reação dialética em face das contradições.
 - E) Ao filósofo nunca lhe faltará coragem para testar a força da dialética diante das contradições que se ofereçam ao seu pensamento.
-

Comentário:

Vamos analisar a articulação dos tempos verbais em cada alternativa:

A) Ao tempo de Montaigne, ninguém poderia supor que ele exerça influência sobre os liberais do século XIX.

O verbo "poderia" está no pretérito imperfeito, mas "exerça" está no presente do subjuntivo, criando uma incompatibilidade temporal.

B) No caso de que ache vicioso o pensamento de alguém, Montaigne logo identificaria as contradições nele presentes.

"Ache" está no presente do subjuntivo e "identificaria" no condicional, não há concordância adequada.

C) Um verdadeiro filósofo, se lhe convier servir aos ditames da razão, não terá hesitado em enfrentar contradições do pensamento.

"Convier" está no futuro do subjuntivo, mas "terá hesitado" está no futuro do pretérito, o que cria uma discordância temporal.

D) As verdades dogmáticas que Montaigne teria a enfrentar certamente provocarão sua reação dialética em face das contradições.

"Teria" está no condicional e "provocarão" no futuro do presente, resultando em uma discordância temporal.

E) Ao filósofo nunca lhe faltará coragem para testar a força da dialética diante das contradições que se ofereçam ao seu pensamento.

"Faltará" está no futuro do presente e "ofereçam" no presente do subjuntivo, o que é uma articulação adequada entre os tempos verbais.

Portanto, a frase com tempos verbais adequadamente articulados é:

E) Ao filósofo nunca lhe faltará coragem para testar a força da dialética diante das contradições que se ofereçam ao seu pensamento.

Gabarito: Letra E.

03) No contexto do 3º parágrafo, a frase "Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem"

- A) aponta para uma contradição própria do pensamento de Montaigne.
- B) ressalta o valor que encontrava Montaigne na potência da razão.
- C) identifica aspectos de irracionalidade nesse grande pensador.
- D) encarece nesse filósofo o papel de detectar e diluir as contradições.
- E) denota o combate que Montaigne encetou contra a servidão racionalista.

Comentário:

"**Escravo da razão**, Montaigne transmitiu essa servidão (era servo da razão) à filosofia que lhe sucedeu e marcou uma linha de desenvolvimento do pensamento ocidental. **Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem**, mas deixou aberta a possibilidade de se concluir que a própria contradição possa encerrar uma verdade."

Com isso, conclui-se que a frase ressalta o valor que encontrava Montaigne na potência da razão.

Gabarito: Letra B.

04) No contexto do 3º parágrafo, a expressão servidão à filosofia

- A) faz ver um aspecto muito restritivo do pensamento de Montaigne.
- B) mostra que esse grande pensador pagou tributo a certos preconceitos.
- C) encarece a importância que dava Montaigne aos ideais mais abstratos.
- D) indica a determinação desse pensador no combate aos dogmatismos.

E) sugere a reação de Montaigne às tendências racionalistas da época.

Comentário:

Analisando o 3º parágrafo e a expressão "servidão à filosofia", podemos inferir o seguinte:

"Escravo da razão, Montaigne transmitiu essa servidão à filosofia que lhe sucedeu e marcou uma linha de desenvolvimento do pensamento ocidental. Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem, mas deixou aberta a possibilidade de se concluir que a própria contradição possa encerrar uma verdade."

Vamos analisar as opções com base nesse contexto:

A) faz ver um aspecto muito restritivo do pensamento de Montaigne.

A expressão "escravo da razão" sugere que Montaigne estava fortemente ligado à razão, mas o parágrafo não destaca que isso era um aspecto restritivo.

B) mostra que esse grande pensador pagou tributo a certos preconceitos.

O parágrafo não sugere que Montaigne estava pagando tributo a preconceitos.

C) encarece a importância que dava Montaigne aos ideais mais abstratos.

O parágrafo foca na relação de Montaigne com a razão e como ele desafiou verdades dogmáticas.

D) indica a determinação desse pensador no combate aos dogmatismos.

Esta opção é plausível, dado que o parágrafo destaca que Montaigne "destruiu verdades dogmáticas".

E) sugere a reação de Montaigne às tendências racionalistas da época.

A expressão "escravo da razão" pode indicar que Montaigne estava fortemente influenciado ou respondendo às tendências racionalistas de sua época.

Dadas as opções e o contexto fornecido, a alternativa que melhor se alinha ao texto é:

D) indica a determinação desse pensador no combate aos dogmatismos.

Gabarito: Letra D.

05) A afirmação de que o pensador Montaigne *nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático, ganha sustentação ao se lembrar que ele*

A) deu vazão a ímpetos de rebelião contra as leis de seu tempo.

B) foi um conservador a quem faltou a energia da ação.

C) antecipou concepções do que viria a ser o liberalismo.

D) defendeu a intervenção do Estado na vida privada.

E) liberou o pensamento ocidental do peso das contradições.

Comentário:

Analisando as opções e o texto fornecido:

A) deu vazão a ímpetos de rebelião contra as leis de seu tempo.

O texto não menciona que Montaigne rebelou-se contra as leis de seu tempo.

B) foi um conservador a quem faltou a energia da ação.

Embora o texto mencione que Montaigne era um conservador e faltou-lhe a energia de um homem de ação, isso não sustenta a afirmação de que ele não era rígido ou dogmático.

C) antecipou concepções do que viria a ser o liberalismo.

O texto afirma que o conservadorismo de Montaigne pode ser visto, sob certos aspectos, como o que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo.

D) defendeu a intervenção do Estado na vida privada.

O texto diz o oposto: Montaigne acreditava que o melhor governo seria aquele que "assegura a ordem pública sem pôr em perigo a vida privada".

E) liberou o pensamento ocidental do peso das contradições.

Embora Montaigne tenha desafiado verdades dogmáticas, o texto não afirma que ele "liberou" o pensamento ocidental das contradições.

Portanto, a opção que melhor sustenta a afirmação de que Montaigne nada teve de rígido ou estreito, e muito menos de dogmático, é:

C) antecipou concepções do que viria a ser o liberalismo.

Gabarito: Letra C.

06) Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

A nuvem

– “Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever uma semana inteira sem reclamar, sem protestar, sem espinafrar!”

E meu amigo falou de água, telefone, conta de luz, carne, batata, transporte, custo de vida, buracos na rua etc. etc. etc.

Meu amigo está, como dizem as pessoas exageradas, grávido de razões. Mas que posso fazer? Até que tenho reclamado muito isto e aquilo. Mas se eu for ficar rezingando todo dia, estou roubado: quem é que vai aguentar me ler? Acho que o leitor gosta de ver suas queixas no jornal, mas em termos.

Além disso, a verdade não está apenas nos buracos da rua e outras mazelas. Não é verdade que as amendoieiras neste inverno deram um show luxuoso de folhas vermelhas voando no ar? E ficaria demasiado feio eu confessar que há uma jovem gostando de mim? Ah, bem sei que esses encantamentos de moça por um senhor maduro duram pouco. São caprichos de certa fase. Mas que importa? Esse carinho me faz bem; eu o recebo terna e gravemente; sem melancolia, porque sem ilusão. Ele se irá como veio, leve nuvem solta na brisa, que se tingiu um instante de púrpura sobre as cinzas do meu crepúsculo.

E olhem só que tipo estou escrevendo! Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão – e seus tradicionais buracos.

(BRAGA, Rubem. Ai de ti, Copacabana! Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, pp. 179-180)

Há emprego de uma personificação na frase:

- A) E meu amigo falou de água, telefone, conta de luz.
- B) Até que tenho reclamado muito isto e aquilo.
- C) a verdade não está apenas nos buracos da rua.
- D) as amendoieiras neste inverno deram um show luxuoso.
- E) Esse carinho me faz bem.

Comentário:

Uma personificação (ou prosopopeia) é uma figura de linguagem na qual atribuímos características, qualidades, ações ou sentimentos humanos a seres inanimados ou irracionais.

Das opções apresentadas:

- A) E meu amigo falou de água, telefone, conta de luz.

Não há personificação.

B) Até que tenho reclamado muito isto e aquilo.

Não há personificação.

C) a verdade não está apenas nos buracos da rua.

Não há personificação.

D) as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso.

Aqui, as amendoeiras, que são seres inanimados, estão sendo personificadas ao "dar um show", que é uma ação tipicamente humana.

E) Esse carinho me faz bem.

Não há personificação.

Portanto, a alternativa correta é:

D) as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso.

Gabarito: Letra D.

07)

O casamento, para ela, era isso: quarenta e oito anos de opressão, de humilhações, de vexames. Um verdadeiro tirano, o marido dela, um homem autoritário que lhe dava ordens sem cessar e que a ridicularizava na frente de todo o mundo: minha mulher é um desastre, proclamava, não faz nada direito.

E ela? Ela calava. Jamais protestara. Até os filhos se indignavam com aquela passividade: você não pode se deixar dominar dessa maneira, diziam, você tem de fazer alguma coisa. Ela suspirava, resignada, não dizia nada.

Mas estava, sim, resolvida a se vingar. Sua vingança seria cruel e requintada, uma vingança capaz de indenizá-la por uma vida de sofrimentos. Só faltava descobrir a maneira de fazê-lo.

A ideia lhe ocorreu quando, uma manhã, o marido perguntou se ela não vira seu cachimbo. Entre parênteses, gostava muito disso, de fumar cachimbo. Verdade que a ela o cheiro deixava tonta; mas ele pouco estava ligando. Entre a mulher e o cachimbo prefiro o cachimbo, costumava dizer, entre gargalhadas. Mas então ele tinha esquecido onde deixara o cachimbo – sinal de que a memória lhe falhava. E ela resolveu tirar proveito disso. Para quê? Para enlouquecer o marido. Exatamente: enlouquecê-lo. Era o mínimo a que podia almejar.

E aí começou o jogo. Onde está o cachimbo, perguntava ele. Ali onde você o colocou, dizia ela, em cima do televisor.

Ele ficava perplexo: eu coloquei o cachimbo em cima do televisor? E por que teria feito isso, se ali não é lugar de cachimbo? Quanto mais perturbado ele ficava, mais ela se entusiasmava. Era como uma gata brincando com um camundongo, um camundongo triste e desamparado. Você não viu o meu cachimbo? Está ali na prateleira, onde você o deixou. Eu? Eu deixei o cachimbo na prateleira? A coisa ia num crescendo, a angústia dele aumentando sempre. Ela já tinha o final planejado: um dia o cachimbo sumiria para sempre. E quando ele perguntasse ela responderia: você o jogou fora. O que seria um golpe... mortal? Mortal.

Só que ele morreu antes disso. Um ataque do coração, provavelmente. Ela chorou muito: em parte porque tinha pena dele, em parte porque não pudera consumir sua vingança. Mas aí teve uma ideia: colocar o cachimbo no caixão. Para atormentá-lo pela eternidade afora. Procurou o cachimbo, mas não o achou. Simplesmente não conseguia lembrar de onde o colocara. Ali, em alguma parte da casa, estava o maldito objeto. Só que ela não o encontrava. E isto significava que jamais teria paz. Que aquela lembrança a torturaria até a morte.

O segmento sublinhado em *o marido perguntou se ela não vira seu cachimbo* (4º parágrafo) exerce a mesma função sintática do termo sublinhado em:

- A) Ela suspirava, resignada, não dizia nada (2º parágrafo)
- B) O casamento, para ela, era isso (1º parágrafo)
- C) Jamais protestara (2º parágrafo)
- D) you tem de fazer alguma coisa (2º parágrafo)
- E) E aí começou o jogo (5º parágrafo)

Comentário:

“o marido **perguntou** se ela não vira seu cachimbo”
VTD OD

Ela suspirava, resignada, não **dizia** nada.
VTD OD

Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta

A oração subordinada substantiva exerce a função de **Objeto Direto**.

Ex: **Eu quero** que você veja.

(**Eu quero** isso)

O. Princ. O.S.S.OBJ. DIR..

Ex: **Ele verificou** se todos queriam palito.

(**Ele verificou** isso)

O. Princ. + se + O.S.S.OBJ. DIR..

OBS: Normalmente a conjunção integrante “se” é utilizada na **O.S.S.O.D.**

Gabarito: Letra A.

08) *Mas aí teve uma ideia: colocar o cachimbo no caixão. **Para** atormentá-lo pela eternidade afora.* (7º parágrafo)

O termo sublinhado acima introduz ideia de

- A) condição.
- B) consequência.
- C) comparação.
- D) causa.
- E) finalidade.

Comentário:

Orações Subordinadas Adverbiais Finais

Os conectivos trazem uma ideia de propósito.

Conectivos: para que, a fim de que, do modo que, porque (quando igual a para que), de sorte que, que.

Ex: **Cantarei** para que fique tranquilo.

O. Principal....O.S.A.Final

Ex: **Cantarei** porque fique tranquilo.

O. Principal....O.S.A.Final

Ex: **Toquei** a fim de que ficasse tranquilo.

O. Principal....O.S.A.Final

Gabarito: Letra E.

09) Confere caráter hipotético à frase o verbo sublinhado em:

- A) Ela já tinha o final planejado (6º. parágrafo)
- B) você tem de fazer alguma coisa (2º. parágrafo)

- C) um dia o cachimbo sumiria para sempre (6º. parágrafo)
D) Só que ele morreu antes disso (7º. parágrafo)
E) não pudera consumir sua vingança (7º. parágrafo)

Comentário:

Caráter hipotético refere-se a algo que não é real, mas que poderia ser ou que é imaginado como possível ou provável.

Das opções apresentadas:

- A) Ela já "tinha" o final planejado (6º. parágrafo)

O verbo "tinha" está no passado e não confere caráter hipotético à frase.

- B) você "tem" de fazer alguma coisa (2º. parágrafo)

O verbo "tem" está no presente e não confere caráter hipotético à frase.

- C) um dia o cachimbo "sumiria" para sempre (6º. parágrafo)

O verbo "sumiria" está no futuro do pretérito, que é um tempo verbal usado para expressar uma ação que poderia ter ocorrido no passado, mas não ocorreu. Portanto, tem caráter hipotético.

- D) Só que ele "morreu" antes disso (7º. parágrafo)

O verbo "morreu" está no passado e não confere caráter hipotético à frase.

- E) não "pudera" consumir sua vingança (7º. parágrafo)

O verbo "pudera" está no mais-que-perfeito do indicativo, que indica uma ação concluída no passado antes de outra ação também no passado. Não possui caráter hipotético.

Portanto, a alternativa correta é:

- C) um dia o cachimbo "sumiria" para sempre (6º. parágrafo)

Gabarito: Letra C.

10) Nos dois primeiros parágrafos do último texto apresentado, a mulher é caracterizada como

- A) opressora.
B) indignada.
C) volúvel.
D) submissa.
E) subversiva.

Comentário:

Nos dois primeiros parágrafos, a mulher é descrita como alguém que sofreu opressão, humilhação e vexames por quarenta e oito anos devido ao comportamento autoritário e tirânico do marido. Ela nunca protestou contra esse tratamento e permaneceu passiva, mesmo quando seus filhos a aconselhavam a se defender.

Com base nessa descrição, a caracterização mais adequada para a mulher nos dois primeiros parágrafos é: D) submissa.

Gabarito: Letra D.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIÃO AMAZÔNICA

11) “Quando Belém era metrópole, São Paulo era ainda sertão”

Apesar do fenômeno urbano ter sido tardio na América Portuguesa, associado ao “ciclo do ouro” (sec. XVIII), Belém, Salvador, Rio de Janeiro e Recife já representavam a face urbana da colônia desde o início.

A respeito da centralidade de Belém para a história da América Portuguesa, analise as afirmativas a seguir:

I. Por sua importância estratégica e econômica, Belém se tornou a sede político-administrativa do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751), mantendo relações políticas diretas com Portugal.

II. Com a independência, a elite local, estreitamente ligada à Corte Joanina, se viu finalmente integrada ao Império do Brasil, apoiando a emancipação de imediato.

III. Durante o império, Belém se destacava por sua importância comercial: para o seu porto convergiam os artigos destinados à exportação, sobretudo goma elástica e drogas do sertão, assim como derivados da pecuária de Marajó.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentário:

Para analisar as afirmativas sobre a centralidade de Belém na história da América Portuguesa, vamos verificar cada uma delas:

I. Belém do Pará de fato se tornou a sede do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que foi criado em 1751. A cidade tinha uma posição estratégica e econômica significativa, mantendo relações diretas com a metrópole portuguesa.

II. A adesão de Belém à independência do Brasil não foi imediata. A região do Grão-Pará, incluindo Belém, resistiu à independência e foi uma das últimas a se integrar ao Império do Brasil, com a adesão ocorrendo somente em agosto de 1823, após ação militar conhecida como a "Adesão do Pará à independência".

III. Durante o período imperial, Belém realmente se destacou por sua importância comercial, sendo um ponto de convergência para produtos destinados à exportação, como a borracha (goma elástica) e as drogas do sertão, além de produtos da pecuária da Ilha de Marajó.

Portanto, as afirmativas I e III estão corretas, enquanto a afirmativa II contém uma imprecisão histórica sobre a adesão de Belém à independência do Brasil.

A alternativa correta é: C) I e III, apenas.

Gabarito: Letra C.

12) Com relação às capitânicas hereditárias, estratégia pela qual Portugal decidiu colonizar o território brasileiro, assinale a opção correta.

- A) As capitânicas hereditárias no Brasil tornaram-se inviáveis porque conflitavam com o modelo da grande propriedade agrícola exportadora.
- B) Os capitães-gerais detinham poucos poderes nas capitânicas hereditárias, eram considerados meros funcionários da Coroa.
- C) As capitânicas hereditárias foram criadas no Brasil porque a exploração de outras regiões do mundo não era lucrativa.
- D) No Brasil, as capitânicas hereditárias foram bem-sucedidas, com exceção das capitânicas de Pernambuco e São Vicente, as quais entraram em choque com as populações indígenas dessas regiões.
- E) Mediante o sistema de capitânicas hereditárias, o Brasil foi dividido em áreas separadas por linhas paralelas ao equador que iam do litoral até o meridiano de Tordesilhas.

Comentário:

As capitânicas hereditárias foram uma estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para colonizar o Brasil, dividindo o território em faixas de terra que se estendiam do litoral até o meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Os donatários, ou capitães-gerais, tinham amplos poderes dentro de suas capitânicas, incluindo o direito de explorar as terras e passar esse direito aos seus herdeiros. Apesar de alguns sucessos iniciais, como

em Pernambuco e São Vicente, o sistema em grande parte não foi bem-sucedido devido a vários fatores, incluindo a resistência indígena, a distância da metrópole, e a falta de recursos dos donatários.

Gabarito: Letra E.

13) Durante o período colonial, a região amazônica ganhou importância no âmbito do Império Português por causa

- A) da extração e comércio das "drogas do sertão", entre elas o urucum, o guaraná, a castanha-do-pará e o pau-cravo.
- B) da navegação dos rios da bacia amazônica, que possibilitavam o escoamento do ouro explorado na região, para Portugal.
- C) do cultivo do cacau e da extração do látex, produtos que foram largamente exportados para indústrias promovendo a riqueza da elite local, presente na modernização de Manaus e Belém.
- D) do tráfico de indígenas escravizados para o interior e o centro do território, região onde predominava o plantation que utilizava largamente essa mão de obra.
- E) da rentável produção agrícola desenvolvida pelos jesuítas, nas missões, que empregaram de forma assalariada aldeias inteiras no cultivo de algodão e fumo para exportação e o desenvolvimento da região.

Comentário:

Durante o período colonial, a região amazônica era conhecida pela extração e comércio das chamadas "drogas do sertão", que eram produtos naturais da floresta, como ervas, especiarias, sementes e outros itens que tinham valor comercial na Europa. Esses produtos incluíam o urucum (usado como corante), o guaraná (usado como estimulante), a castanha-do-pará (conhecida hoje como castanha-do-Brasil) e o pau-cravo, entre outros. Essas atividades econômicas foram importantes para a economia da região e para o Império Português.

Gabarito: Letra A.

14) Durante o período colonial, a Igreja Católica desempenhou um papel significativo na região amazônica. Com base no contexto histórico, qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre a atuação da Igreja na Amazônia?

- A) A Igreja Católica evitou o envolvimento em atividades de colonização e limitou sua atuação à esfera espiritual, sem influenciar a organização social e econômica da região.
- B) A expulsão dos jesuítas da Amazônia não teve impacto significativo na prática religiosa da região, pois outras ordens religiosas rapidamente preencheram o vácuo deixado por eles.
- C) O sistema de Padroado, estabelecido entre a Igreja e a Coroa Portuguesa, concedia ao rei de Portugal o poder de administrar assuntos eclesiásticos na Amazônia em troca de proteção e recursos para a Igreja.
- D) As missões religiosas na Amazônia eram exclusivamente pacíficas, e os missionários não participaram de processos violentos como os "descimentos" para submeter os indígenas ao trabalho forçado.
- E) O Tratado de Tordesilhas, mediado pela Igreja, atribuiu a região amazônica inteiramente à Coroa Portuguesa desde o início da colonização, sem disputas ou influência de outras nações europeias.

Comentário:

A) Esta alternativa é **falsa**. A Igreja Católica esteve profundamente envolvida no processo de colonização, influenciando a organização social e econômica da região, especialmente através da catequização e "civilização" dos povos indígenas.

B) Esta alternativa é **falsa**. A expulsão dos jesuítas teve um impacto significativo na prática religiosa e na organização das missões na Amazônia, e embora outras ordens religiosas estivessem presentes, a expulsão dos jesuítas criou um vácuo que afetou a estrutura missionária.

C) Esta alternativa é **verdadeira**. O sistema de Padroado era um acordo entre a Igreja e a Coroa Portuguesa que dava ao rei poderes sobre assuntos eclesiásticos em troca de proteção e recursos para a Igreja, o que incluía a região amazônica.

D) Esta alternativa é **falsa**. Os missionários estiveram envolvidos em processos violentos como os "descimentos", que eram ataques contra os indígenas para submetê-los ao trabalho forçado e integrá-los à sociedade colonial.

E) Esta alternativa é **falsa**. O Tratado de Tordesilhas originalmente dividiu as terras descobertas e a serem descobertas entre Portugal e Espanha. A região amazônica foi inicialmente atribuída à Espanha, e somente após o Tratado de Madri em 1750 é que houve uma expansão do território português na Amazônia.

Gabarito: Letra C.

15) No contexto da colonização do Vale do Amazonas, as missões religiosas e os fortes desempenharam papéis complementares na expansão territorial portuguesa. Com base nos aspectos históricos apresentados, qual das seguintes afirmações melhor descreve essa dinâmica?

- A) As missões religiosas e os fortes atuaram de forma independente, sem qualquer tipo de coordenação entre si, o que muitas vezes levou a esforços duplicados e conflitos internos.
- B) Os fortes foram estabelecidos principalmente para a defesa contra ataques nativos, enquanto as missões religiosas focavam exclusivamente na evangelização dos povos europeus que migravam para a região.
- C) As ordens religiosas, como os jesuítas e carmelitas, enfrentaram poucos desafios na região amazônica, devido à receptividade e fácil conversão dos povos indígenas ao cristianismo.
- D) A colaboração entre missões religiosas e fortes foi essencial para a ocupação do Vale do Amazonas, com os fortes providenciando proteção e as missões facilitando a integração dos indígenas através da evangelização e exploração econômica.
- E) A ocupação do Vale do Amazonas foi realizada com facilidade devido à topografia favorável da região, o que permitiu uma rápida expansão das atividades coloniais e missionárias.

Comentário:

A) Esta alternativa é **falsa**. Embora possa ter havido conflitos, as missões religiosas e os fortes eram parte de uma estratégia coordenada de ocupação e defesa territorial.

B) Esta alternativa é **falsa**. Os fortes não se destinavam apenas à defesa contra ataques nativos, mas também contra invasões estrangeiras. Além disso, as missões religiosas não se limitavam à evangelização dos europeus, mas eram focadas principalmente nos povos indígenas.

C) Esta alternativa é **falsa**. As ordens religiosas enfrentaram vários desafios, incluindo a resistência dos indígenas à conversão e disputas com colonos e entre as próprias ordens.

D) Esta alternativa é **verdadeira**. A colaboração entre as missões religiosas e os fortes foi crucial para a ocupação do Vale do Amazonas. Os fortes ofereciam proteção militar, enquanto as missões trabalhavam na evangelização e na exploração econômica, utilizando o conhecimento indígena da região.

E) Esta alternativa é **falsa**. A ocupação do Vale do Amazonas foi dificultada pela densa floresta tropical, chuvas constantes e terrenos instáveis, tornando a expansão das atividades coloniais e missionárias um processo complexo e desafiador.

Gabarito: Letra D.

REGIMENTO INTERNO TRT 11

16) De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, é correto afirmar sobre as Turmas do Tribunal:

- A) Cada Turma é composta por 5 desembargadores, e a composição é determinada pela ordem de antiguidade sem alternância.
- B) O quórum para julgamento em uma Turma é de 2 magistrados, independentemente da presença do presidente da Turma.
- C) Se todos os 4 integrantes de uma Turma estiverem presentes, o julgamento será realizado por todos os membros.
- D) Um desembargador transferido para outra Turma poderá ocupar imediatamente a presidência, mesmo que haja membros que não tenham exercido o cargo.
- E) Na ocorrência de vaga em uma Turma, o desembargador nomeado ocupará a vaga na Turma onde esta ocorreu, e magistrados com vínculo de parentesco até o terceiro grau não podem integrar a mesma Turma.

Comentário:

Alternativa A: Incorreta. As Turmas são compostas de no mínimo 3 e no máximo 4 desembargadores, e a composição segue a ordem de antiguidade de forma alternada, conforme o Art. 28 e § 1º.

RI/TRT-11. Art. 28. § 1.º A composição inicial das Turmas dar-se-á segundo a **antiguidade**, de forma que o **membro mais antigo** ocupe a **Primeira Turma** e o **próximo**, a **Segunda**, adotando-se o mesmo critério, sucessivamente, de forma alternada.

Alternativa B: Incorreta. O quórum mínimo para julgamento pela Turma é de 3 magistrados, não 2, como estabelecido no § 2º do Art. 28.

RI/TRT-11. Art. 28. § 2.º O **quórum mínimo** para julgamento pela Turma será de **3 magistrados**.

Alternativa C: Incorreta. Quando os 4 integrantes de uma Turma estão presentes, somente participarão do julgamento o presidente, o relator e o magistrado mais antigo, de acordo com o § 3º do Art. 28.

RI/TRT-11. Art. 28. § 3.º No caso de estarem presentes na mesma sessão os **4 integrantes** da Turma, somente participarão do julgamento o presidente, o relator e o magistrado mais antigo, no âmbito do respectivo colegiado.

Alternativa D: Incorreta. O desembargador transferido para outra Turma não poderá ocupar a presidência se houver membros que ainda não tenham exercido o cargo, conforme o § 5º do Art. 28.

RI/TRT-11. Art. 28. § 5.º O desembargador transferido para outra turma **não poderá ocupar a presidência** se, entre os integrantes desta, houver quem ainda não tenha exercido o cargo.

Alternativa E: Correta. Na ocorrência de vaga, o desembargador nomeado funcionará na Turma onde a vaga ocorreu, e magistrados com vínculo de parentesco até o terceiro grau não podem integrar a mesma Turma, de acordo com o § 6º e § 8º do Art. 28.

RI/TRT-11. Art. 28.

§ 6.º Na ocorrência de vaga, o desembargador nomeado funcionará na turma em que aquela se verificou.

§ 8.º **Não poderão integrar** a mesma turma, nem atuar simultaneamente na sessão, magistrados que sejam cônjuges ou companheiros, parentes consanguíneos ou afins, **até o terceiro grau**, em linha reta ou colateral.

Gabarito: Letra E.

17) Em relação às competências, analise os itens abaixo.

1. Presidente do Tribunal;
2. Corregedor Regional.

() Convocar as sessões do Tribunal Pleno, ordinárias e extraordinárias, presidi-las, propor questões de ordem, colher os votos, votar nos casos e na forma previstos neste Regimento e proclamar os resultados dos julgamentos;

() Realizar, de ofício, sempre que necessária, ou a requerimento, correição parcial ou inspeção em varas do trabalho e nos serviços do Tribunal;

() Despachar os recursos interpostos das decisões das Seções Especializadas, das Turmas e do Tribunal, encaminhando-os ou indeferindo-os, com a devida fundamentação;

() Prestar informação sobre assentamento funcional de juiz e servidor para fim de promoção por merecimento ou aplicação de penalidade;

- A) 1, 1, 2, 2.
 - B) 1, 2, 1, 1.
 - C) 1, 2, 1, 2.
 - D) 2, 1, 1, 1.
 - E) 2, 2, 1, 1.
-

Comentário:

- C) 1, 2, 1, 2.

RI/TRT-11. Art. 31. Compete ao **Presidente do Tribunal**:

II - **convocar as sessões** do Tribunal Pleno, **ordinárias e extraordinárias**, presidi-las, propor questões de ordem, colher os votos, votar nos casos e na forma previstos neste Regimento e proclamar os resultados dos julgamentos;

V - despachar os recursos interpostos das decisões das Seções Especializadas, das Turmas e do Tribunal, encaminhando-os ou indeferindo-os, com a devida fundamentação;

RI/TRT-11. Art. 34. Compete ao **Corregedor Regional**:

III - realizar, de ofício, sempre que necessária, ou a requerimento, **correição parcial ou inspeção** em varas do trabalho e nos serviços do Tribunal;

VII - prestar informação sobre assentamento funcional de juiz e servidor para fim de promoção por merecimento ou aplicação de penalidade;

Gabarito: Letra C.

18) No que diz respeito às regras de substituição e afastamento dos membros do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, conforme estabelecido em seu Regimento Interno, assinale a alternativa correta:

- A) O Vice-Presidente do Tribunal é substituído pelo Corregedor, e na ausência deste, pelo desembargador mais novo.
 - B) Juízes titulares de vara do trabalho podem ser convocados para substituir membros do Tribunal afastados por qualquer período de tempo.
 - C) Desembargadores afastados temporariamente não podem participar de deliberações e votações em nenhuma hipótese.
 - D) Em caso de ausência simultânea do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor, a substituição será feita pelo desembargador mais antigo.
 - E) A convocação de juízes titulares de vara do trabalho como juízes convocados é feita aleatoriamente, sem observar a ordem de antiguidade.
-

Comentário:

Alternativa A: Incorreta. O Vice-Presidente é substituído pelo Presidente e, na ausência deste, pelo Corregedor, não pelo desembargador mais novo, conforme o Art. 35, II.

RI/TRT-11. Art. 35. Nos **afastamentos e impedimentos legais**, a **substituição** no Tribunal far-se-á da seguinte maneira:

I - o **Presidente do Tribunal**, pelo **Vice-Presidente** e, na ausência de ambos, pelo **Corregedor** do Tribunal;

II - o **Corregedor** do Tribunal, pelo **Presidente** e, na ausência deste, pelo **Vice-Presidente**.

Alternativa B: Incorreta. Juízes titulares de vara do trabalho são convocados para substituição em caso de vacância ou afastamento por prazo superior a 30 dias, não por qualquer período de tempo, como estabelecido no Art. 36.

RI/TRT-11. Art. 36. Em caso de **vacância ou afastamento** por prazo **superior a 30 dias** de membro do Tribunal, será convocado juiz titular de vara do trabalho em substituição, o qual será denominado juiz convocado, observada a ordem de antiguidade.

Alternativa C: Incorreta. Desembargadores afastados temporariamente podem comparecer às sessões para participar das deliberações e votações, exceto em casos de licença para tratamento de saúde com contraindicação médica, conforme o Art. 37.

RI/TRT-11. Art. 37. O desembargador **afastado temporariamente** do exercício de suas funções por férias ou licença **poderá comparecer às sessões** para tomar parte nas deliberações e votações, salvo nos casos de licença para tratamento de saúde, em que houver contraindicação médica.

Alternativa D: Correta. Na ausência simultânea do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor, a substituição será feita pelo desembargador mais antigo, de acordo com o parágrafo único do Art. 35.

RI/TRT-11. Art. 35.

Parágrafo único. O desembargador **mais antigo** substituirá o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor na ausência simultânea destes.

Alternativa E: Incorreta. A convocação de juízes titulares de vara do trabalho como juízes convocados observa a ordem de antiguidade, não é feita aleatoriamente, conforme o Art. 36.

RI/TRT-11. Art. 36. Em caso de **vacância ou afastamento** por prazo **superior a 30 dias** de membro do Tribunal, será convocado juiz titular de vara do trabalho em substituição, o qual será denominado juiz convocado, observada a ordem de antiguidade.

Gabarito: Letra D.

19) De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em relação às férias e licenças dos magistrados, é correto afirmar que:

- A) Os magistrados podem acumular férias por até 3 meses, mediante autorização do Tribunal.
 - B) O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal podem gozar férias simultaneamente, desde que não comprometa o funcionamento do Tribunal.
 - C) Até 6 desembargadores podem estar de férias ao mesmo tempo, desde que a ordem de antiguidade seja respeitada.
 - D) Juízes de primeira instância devem seguir uma escala de férias organizada pelo Corregedor, levando em conta a conveniência e a antiguidade.
 - E) Licenças para tratamento de saúde superiores a 15 dias requerem inspeção por junta médica.
-

Comentário:

Alternativa A: Incorreta. A acumulação de férias é permitida por até 2 meses, não 3, e somente com autorização do Tribunal por necessidade de serviço, conforme o Art. 39, parágrafo único.

RI/TRT-11. Art. 39. Os magistrados terão **férias individuais** de **60 dias** no ano, devendo os desembargadores **requerê-las 15 dias antes** do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração.

Parágrafo único. A **acumulação** de férias somente ocorrerá por **imperiosa necessidade de serviço** e pelo **máximo de 2 meses**, desde que autorizada pelo Tribunal.

Alternativa B: Incorreta. O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal não podem gozar férias simultaneamente, como estabelecido no Art. 40.

RI/TRT-11. Art. 40. **Não poderão gozar férias**, simultaneamente, o **Presidente e o Vice-Presidente** do Tribunal.

Alternativa C: Incorreta. Não é permitido o afastamento de mais de 5 desembargadores para gozo de férias no mesmo período, conforme o Art. 41.

RI/TRT-11. Art. 41. É **vedado** o afastamento de **mais de 5 desembargadores** para gozo de férias no mesmo período, em número que comprometa o funcionamento do Tribunal Pleno, das Seções Especializadas e das Turmas, observada sempre a antiguidade.

Alternativa D: Correta. Juízes de primeira instância têm suas férias sujeitas a uma escala, que deve ser organizada pelo Corregedor, atendendo à conveniência e à antiguidade, de acordo com o Art. 42.

RI/TRT-11. Art. 42. Os juízes de **primeira instância** terão suas férias sujeitas à escala, atendida, sempre que possível, a **conveniência de cada um** e observada, em qualquer caso, a antiguidade.

Alternativa E: Incorreta. Licenças para tratamento de saúde por período superior a 30 dias, bem como prorrogações que resultem em licença por período ininterrupto também superior a 30 dias, dependem de inspeção por junta médica, conforme o Art. 43, parágrafo único.

RI/TRT-11. Art. 43. Parágrafo único. A **licença para tratamento de saúde** por período **superior a 30 dias**, **bem como as prorrogações** que importem em licença por período ininterrupto, também **superior a 30 dias**, dependem de inspeção por junta médica.

Férias

- Magistrados têm **60 dias** de férias individuais.
- Desembargadores devem **solicitar** férias **15 dias antes** do início.
- **Acúmulo de férias:** permitido **até 2 meses** e **só com autorização** do Tribunal por necessidade de serviço.

Importante!

- Presidente e Vice-Presidente **não podem tirar férias ao mesmo tempo.**
- **No máximo, 5** desembargadores podem tirar férias **simultaneamente**, sem prejudicar o funcionamento do Tribunal.
- Juízes de primeira instância seguem escala de férias, respeitando conveniência e antiguidade.

Gabarito: Letra D.

20) Segundo o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, no que concerne ao processo disciplinar e suas consequências para os juízes de primeira instância, assinale a alternativa correta:

- A) As penas de advertência e de censura são aplicáveis tanto aos juízes de primeira instância quanto aos desembargadores.
- B) O processo disciplinar pode ser iniciado exclusivamente pelo Presidente do Tribunal.
- C) As disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional não são aplicáveis no procedimento para apuração das faltas.
- D) Um juiz punido com a pena de censura fica impedido de constar em lista de promoção por merecimento por um período de 2 anos.
- E) A representação para início do processo disciplinar pode ser feita pelo Ministério Público do Trabalho ou pela Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros, e a deliberação cabe ao Pleno.

Comentário:

Alternativa A: Incorreta. Conforme o Art. 56, as penas de advertência e de censura são aplicáveis somente aos juízes de primeira instância, não aos desembargadores.

Alternativa B: Incorreta. O Art. 57 estabelece que o processo disciplinar pode ser iniciado pelo Presidente do Tribunal, por qualquer de seus membros, pelo Ministério Público do Trabalho ou pelo Conselho Federal ou Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, não exclusivamente pelo Presidente.

Alternativa C: Incorreta. O Art. 58 especifica que no procedimento para apuração das faltas devem ser aplicadas as disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e do Conselho Nacional de Justiça.

Alternativa D: Incorreta. De acordo com o Art. 59, o juiz punido com a pena igual ou superior à de censura não poderá figurar em lista de promoção por merecimento pelo prazo de 1 ano, não 2 anos.

Alternativa E: Correta. O Art. 57 permite que a representação para início do processo disciplinar seja feita por várias entidades, incluindo o Ministério Público do Trabalho e a Ordem dos Advogados do Brasil, e a deliberação sobre a representação é feita pelo Pleno.

Gabarito: Letra E.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21) O modelo de liderança situacional baseado nos estudos de Paul Hersey e Ken Blanchard é centrado, basicamente,

- A) na estrutura de iniciação, que corresponde à escolha da equipe de acordo com o desafio apresentado.
- B) na adequação do estilo de liderança à situação e ao nível de maturidade da equipe.
- C) na estrutura da tarefa, que demanda a adequada atribuição de atividades a cada colaborador, de acordo com seu grau de engajamento.
- D) nas variáveis exógenas, que não influenciam o comportamento do líder, mas devem ser consideradas no estabelecimento de metas.
- E) no nível de aceitação do líder pela equipe, que varia em uma relação proporcional ao grau de capacitação técnica dos liderados.

Comentário:

O modelo situacional inspirado nos estudos de Paul Hersey e Kenneth Blanchard introduz, como variável relevante a ser considerada, o grau de maturidade dos liderados, assim considerada a capacidade e a vontade de assumir responsabilidade para realização das tarefas (maturidade no trabalho e maturidade psicológica).

Teoria Situacional de Hersey e Blanchard (Teoria situacional)	
<ul style="list-style-type: none">• O líder precisa ser versátil e ajustar seu estilo de liderança conforme as circunstâncias específicas de cada colaborador. A ênfase recai sobre os liderados. Nível de Maturidade = Motivação + Capacidade.	
Maturidade 1 (M1)	<ul style="list-style-type: none">• Baixa motivação + Baixa capacidade.
Maturidade 2 (M2)	<ul style="list-style-type: none">• Alta motivação + Baixa capacidade.
Maturidade 3 (M3)	<ul style="list-style-type: none">• Baixa motivação + Alta capacidade.
Maturidade 4 (M4)	<ul style="list-style-type: none">• Alta motivação + Alta capacidade.
<ul style="list-style-type: none">• Conforme os diferentes níveis de maturidade e levando em conta as variáveis "comportamento voltado para relacionamentos" e "comportamento voltado para tarefas", temos estratégias de liderança:	
Determinar / Dirigir / Narrar	<ul style="list-style-type: none">• Baixa preocupação (relacionamento) + Alta orientação (tarefa). Solução para M1.
Persuadir / Vender	<ul style="list-style-type: none">• Alta preocupação (relacionamento) + Alta orientação (tarefa). Solução para M2.
Compartilhar / Participar	<ul style="list-style-type: none">• Alta preocupação (relacionamento) + Baixa orientação (tarefa). Solução para M3.
Delegar	<ul style="list-style-type: none">• Baixa preocupação (relacionamento) + Baixa orientação (tarefa). Solução para M4.

Gabarito: Letra B.

22) A Teoria da Expectativa (ou Expectância) desenvolvida por Victor Vroom, como contribuição aos estudos do fenômeno da motivação predica que

- A) a motivação para o trabalho é uma característica intrínseca do ser humano, que não necessita ser induzida por recompensas.
- B) existe uma hierarquia de necessidades a serem atendidas para gerar a motivação, sendo as ligadas à subsistência as mais relevantes.
- C) o homem médio não é motivado para o trabalho, sendo necessário criar um sistema de sanções para obter os resultados pretendidos.
- D) o ser humano é motivado apenas por expectativa de reconhecimento e pertencimento, sendo as recompensas materiais neutras do ponto de vista da motivação.
- E) o comportamento humano é orientado para resultados, sendo a valência a medida de atração que o resultado, ou recompensa, exerce sobre o indivíduo.

Comentário:

A Teoria da Expectativa (ou Expectância) desenvolvida por Victor Vroom, como contribuição aos estudos do fenômeno da motivação, predica que:

E) o comportamento humano é orientado para resultados, sendo a valência a medida de atração que o resultado, ou recompensa, exerce sobre o indivíduo.

Essa teoria afirma que a motivação no trabalho é determinada pela expectativa que um indivíduo tem de que um certo nível de esforço levará a um certo nível de desempenho e, por sua vez, a um determinado resultado ou recompensa. Vroom introduziu três conceitos importantes em sua teoria: expectativa, instrumentalidade e valência. A expectativa refere-se à crença de que o esforço levará ao desempenho desejado; a instrumentalidade é a crença de que o desempenho levará a uma recompensa; e a valência é o valor ou a importância que um indivíduo atribui ao resultado ou recompensa. A teoria sugere que as pessoas estão motivadas para se engajar em comportamentos que percebem como levando a resultados desejados.

Teoria da Expectância / Teoria da Expectativa (de Vroom)

- A Teoria de Victor Vroom é considerada uma das mais abrangentes e aceitas na atualidade. Essa abordagem considera que cada pessoa possui objetivos e necessidades únicos, respeitando as diferenças individuais.
- A teoria sustenta que um funcionário estará motivado se acreditar que seu esforço o ajudará a alcançar os resultados desejados e que esses resultados levarão a uma avaliação positiva de desempenho.
- Além disso, essa avaliação de desempenho proporcionará recompensas, que por sua vez, serão capazes de satisfazer os objetivos pessoais do indivíduo.

Fatores que resulta da motivação	
Expectativa / Expectância (relação esforço-desempenho)	Envolve a convicção do colaborador de que seu esforço resultará em um determinado desempenho almejado.
Instrumentalidade (relação desempenho-recompensa)	Refere-se à confiança do colaborador de que, ao alcançar o desempenho esperado, obterá recompensas da organização.
Valência (relação recompensa-objetivos pessoais)	Relaciona-se com o nível de apelo que a recompensa possui para a pessoa.

Gabarito: Letra E.

23) O conceito de qualidade total introduzido por W. Edwards Deming, absorvido largamente pelos japoneses na década de 1950, sustentava que

- A) a melhoria contínua da qualidade é garantida a partir da adoção de um sistema de quotas de produção, com inspeção em massa na fase final da cadeia produtiva.
- B) vale a pena investir na melhoria da qualidade do produto desde que haja certeza da recuperação dos custos envolvidos com a incorporação da “mais valia” ao preço final.
- C) a organização deve adotar uma filosofia de “falha zero”, incentivada por slogans e exortações de metas fundadas na eliminação de inconsistências a qualquer custo.
- D) melhor qualidade proporciona, no conjunto, custos mais baixos de produção, devendo o controle ser feito ao longo de todo o processo produtivo.
- E) a diversificação de fornecedores, com a instauração de uma competição entre os parceiros, aumenta a qualidade e diminui o custo dos insumos envolvidos na produção.

Comentário:

O conceito de qualidade total introduzido por W. Edwards Deming, que foi amplamente adotado pelos japoneses na década de 1950, sustentava que:

D) melhor qualidade proporciona, no conjunto, custos mais baixos de produção, devendo o controle ser feito ao longo de todo o processo produtivo.

Deming enfatizava a importância de um compromisso contínuo com a qualidade em todas as etapas do processo produtivo. Ele argumentava que a melhoria da qualidade leva à diminuição de desperdícios, à redução de custos e, conseqüentemente, a preços mais baixos e a uma maior quota de mercado. Uma das contribuições fundamentais de Deming foi a sua visão de que a qualidade não deve ser inspecionada no final da linha de

produção, mas incorporada em cada etapa do processo produtivo. Seu trabalho destacou a importância do envolvimento e da formação contínua dos trabalhadores, assim como a necessidade de uma visão sistêmica e de uma liderança comprometida com a melhoria contínua.

14 princípios de Deming
<ol style="list-style-type: none">1. Crie constância de propósitos em torno da melhoria de produtos e serviços.2. Adote uma nova filosofia.3. Acabe com a dependência da inspeção como forma de atingir a qualidade.4. Elimine a prática de priorizar negócios com base no preço. Pense em minimizar o custo total.5. Melhore constantemente o sistema de produção e de serviços.6. Estabeleça o treinamento no trabalho.7. Estabeleça a liderança.8. Elimine o medo.9. Quebre as barreiras entre os departamentos.10. Elimine os slogans, exortações e metas para a força de trabalho, tais como defeito zero (zero defects) e novos níveis de produtividade.11. Remova barreiras que impedem os trabalhadores de sentirem orgulho de seu trabalho.12. Remova barreiras que impedem os gerentes e engenheiros de sentirem orgulho de seu trabalho.13. Institua um vigoroso programa de educação e automelhoria.14. Envolver todos da organização na tarefa de alcançar a transformação.

Gabarito: Letra D.

24) No âmbito da gestão de processos em uma organização, podem ser utilizadas diferentes ferramentas e metodologias, entre as quais o Diagrama de Ishikawa, o qual

- A) apresenta-se como uma matriz de quatro quadrantes, sendo dois deles ligados aos fatores internos (mão de obra e método de produção) e dois aos externos (fornecedores e clientes).
- B) parte dos efeitos dos problemas para a identificação das causas que os provocam, colocando-as em grau de importância na forma de uma representação gráfica semelhante a uma espinha de peixe.
- C) é representado em plano cartesiano, tendo como eixo horizontal as causas que mais se repetem nas falhas identificadas, e no vertical a frequência das falhas ocorridas, o que permite identificar as maiores correlações entre os dois eventos.
- D) adota a forma de um fluxograma com todos os inputs (entradas) e outputs (saídas) envolvidos em um processo, tendo por objetivo a aplicação de ações avaliativas e corretivas.
- E) sustenta que 80% do volume dos problemas de uma organização é constituído por apenas 20% de eventos causadores, em relação aos quais deve-se dirigir a atenção e ações preventivas e corretivas.

Comentário:

No âmbito da gestão de processos em uma organização, ao utilizar o Diagrama de Ishikawa, também conhecido como diagrama de causa e efeito ou espinha de peixe, observa-se que:

B) parte dos efeitos dos problemas para a identificação das causas que os provocam, colocando-as em grau de importância na forma de uma representação gráfica semelhante a uma espinha de peixe.

O Diagrama de Ishikawa é uma ferramenta visual usada para identificar, explorar e exibir todas as possíveis causas de um problema específico. É estruturado de maneira que o "efeito" ou problema é colocado à direita (cabeça do peixe) e as "causas" são listadas nas linhas que irradiam para a esquerda, se assemelhando a espinhas de peixe. Essas causas são frequentemente agrupadas em categorias principais, como métodos, mão de obra, materiais, máquinas e meio ambiente. O objetivo é facilitar a identificação de fontes de variação ou problemas dentro de um processo e promover uma análise sistemática das causas potenciais.

Gabarito: Letra B.

25) A utilização do Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de planejamento estratégico prioriza o equilíbrio organizacional a partir das perspectivas

- A) financeira; dos clientes; dos processos internos; e do aprendizado/crescimento.
- B) econômica circular; da responsabilidade social, ambiental e de sustentabilidade.
- C) da governança interna; da comunicação; da qualidade e dos resultados financeiros.

- D) da visão de futuro; da missão institucional; dos valores e da cultura organizacional.
E) de curto, médio e longo prazo, considerando as ameaças e oportunidades vigentes.

Comentário:

Balanced Scorecard - BSC (Kaplan e Norton - 1990)

- O Balanced Scorecard (BSC) é um sistema que **visa monitorar e implementar** a estratégia organizacional por meio de **indicadores, objetivos e metas** estabelecidos de forma balanceada.
- Ele é composto por 4 indicadores: **Financeira**, do **Cliente**, dos Processos **Internos** e de **Aprendizado e Crescimento**.

Gabarito: Letra A.

26) Entre os diferentes estudos que buscam contribuir para o entendimento da liderança no ambiente organizacional, aqueles que discorrem sobre a liderança transacional apontam como traço característico de tal modelo:

- A) existência de uma relação paternalista entre líder e liderados, na qual as falhas são relevadas e é difícil obter resultados satisfatórios.
B) modulação do comportamento do líder de acordo com o grau de maturidade apresentado pelos liderados.
C) presença de um líder carismático, que conduz os liderados com base na crença que os mesmos nutrem quanto à sua superioridade.
D) uma relação simbiótica e tóxica entre líder e liderados, com resultados obtidos por meio de ameaças constantes.
E) recompensa proporcional ao desempenho, com o gestor se comportando como chefe, sem estimular o crescimento dos liderados.

Comentário:

Entre as opções apresentadas, a que melhor descreve o traço característico da liderança transacional é:

- E) recompensa proporcional ao desempenho, com o gestor se comportando como chefe, sem estimular o crescimento dos liderados.

A liderança transacional é baseada em transações ou trocas entre o líder e os seguidores. Neste modelo, o líder foca na realização de tarefas e metas, fornecendo recompensas ou punições com base no desempenho dos liderados. Esse tipo de liderança é caracterizado por um enfoque mais tradicional de gestão, onde o líder atua mais como um gerente ou chefe, preocupado principalmente com a eficiência operacional e cumprimento de metas estabelecidas, sem um foco significativo no desenvolvimento pessoal ou profissional dos liderados.

Liderança Transacional

- Neste estilo de liderança, o líder guia e motiva os colaboradores por meio de trocas, ou seja, o líder provê **incentivos** com o objetivo de encorajar os funcionários a alcançar as metas e objetivos da organização. Abordagens do líder:
- **Exceção ativa:** Medidas corretivas apropriadas devem ser tomadas assim que as divergências das normas e padrões forem detectadas.
- **Exceção passiva:** O líder age para ajustar as atitudes dos colaboradores somente quando os objetivos ou padrões estabelecidos **não** são cumpridos.

Liderança Transformacional

- O líder se concentra nas necessidades de seus liderados e os encoraja a **superar** seus **próprios objetivos**.
- Esse líder é inovador, **inspirador** e **transformador**, atuando como um agente de mudanças.
- Ele busca "**empoderar**" (empowerment) seus colaboradores e equipes, concedendo autonomia e estimulando o compromisso com as metas e objetivos da organização.
- A liderança transacional e transformacional **não** são contrárias, elas se completam.

Gabarito: Letra E.

27) No início da década de 1940, Abraham Maslow desenvolveu sua teoria sobre a hierarquia das necessidades, a partir da qual é possível inferir o que motiva cada pessoa. Segundo Maslow, o princípio básico da motivação consiste no fato de que o ser humano é

- A) dotado de diversas expectativas e necessidades, não sendo plausível propor uma hierarquia entre elas, mas apenas constatar que não existe motivação quando o indivíduo possui necessidades básicas não satisfeitas.
- B) avesso ao trabalho e ao esforço físico e intelectual, naturalmente, necessitando ser induzido a realizar essas atividades a partir de um sistema consistente de recompensas e de punições.
- C) orientado apenas para busca de recompensas materiais, de forma que o grau de motivação obtido constitui resultado diretamente proporcional ao salário e benefícios que lhe são oferecidos.
- D) orientado, intrinsecamente, para busca de reconhecimento, pertencimento e afiliação ao grupo, possuindo esses fatores um peso relativo maior na motivação do que as recompensas financeiras.
- E) motivado por necessidades não satisfeitas, e que certas necessidades básicas, precisam ser satisfeitas antes que outras: as de segurança, de associação, de status e de autorrealização.

Comentário:

Segundo a teoria da hierarquia das necessidades de Abraham Maslow, a alternativa correta é:

E) motivado por necessidades não satisfeitas, e que certas necessidades básicas precisam ser satisfeitas antes que outras: as de segurança, de associação, de status e de autorrealização.

Maslow postulou que as necessidades humanas estão organizadas em uma hierarquia de importância. No nível mais básico, estão as necessidades fisiológicas, como alimentação e abrigo. Uma vez satisfeitas, emergem as necessidades de segurança, seguidas pelas de amor e pertencimento (associação), depois as de estima (status) e, finalmente, a necessidade de autorrealização. A teoria sugere que uma necessidade de nível mais baixo deve ser satisfeita, até certo ponto, antes que as necessidades de níveis mais altos comecem a motivar o comportamento.

Teoria da Hierarquia das Necessidades (de Maslow)

- O indivíduo está constantemente buscando atender suas necessidades. Dessa forma, o indivíduo é motivado por várias **necessidades distintas**. Nesse contexto, Maslow classificou as necessidades que impulsionam o indivíduo em **cinco categorias**: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de estima e necessidades de autorrealização.
- Nessa teoria a realização de uma necessidade de um nível "anterior" é um **pré-requisito** para a satisfação de uma necessidade de um nível "posterior"

Importante!

- Teoria que mais despenca nas provas.

Teoria da Hierarquia das Necessidades (de Maslow)		
Necessidades Complementares (Secundárias)	Autorrealização	Essas necessidades representam os anseios mais elevados do ser humano e estão no topo da hierarquia . Estão vinculadas ao crescimento pessoal e ao aperfeiçoamento das habilidades e competências individuais.
	Estima ou Autoestima	Estão associadas à percepção que a pessoa tem de si mesma (aspectos internos) e à maneira como é percebida pelos demais (aspectos externos). Associado à aprovação social, à responsabilidade, à autoconfiança.
	Social	Estão ligadas às demandas associadas aos relacionamentos entre as pessoas .
Necessidades Básicas (Primárias)	Segurança	Trata-se das demandas relacionadas à segurança , tanto física quanto emocional , do indivíduo.
	Fisiológica ou biológica	Referem-se às necessidades fundamentais do ser humano, como alimentação, hidratação, repouso e atividade sexual.

Gabarito: Letra E.

28) Uma organização cuja estrutura seja do tipo divisional apresenta unidades.

- A) de duração temporária, vinculadas a projetos por elas executados, além dos órgãos permanentes (staff).
- B) que operam com relativa autonomia, denominados centros de resultados, organizados por produto, área geográfica ou clientela.
- C) submetidas a estrutura externa à organização, que apura resultados de forma centralizada.
- D) principais, ou de primeiro nível: financeiro, contábil e normativo, e subordinadas: encarregadas da produção.
- E) criadas a partir de critério de departamentalização funcional, sem autonomia para apurar lucros ou prejuízos de forma individualizada.

Comentário:

A alternativa correta para uma organização com estrutura do tipo divisional é:

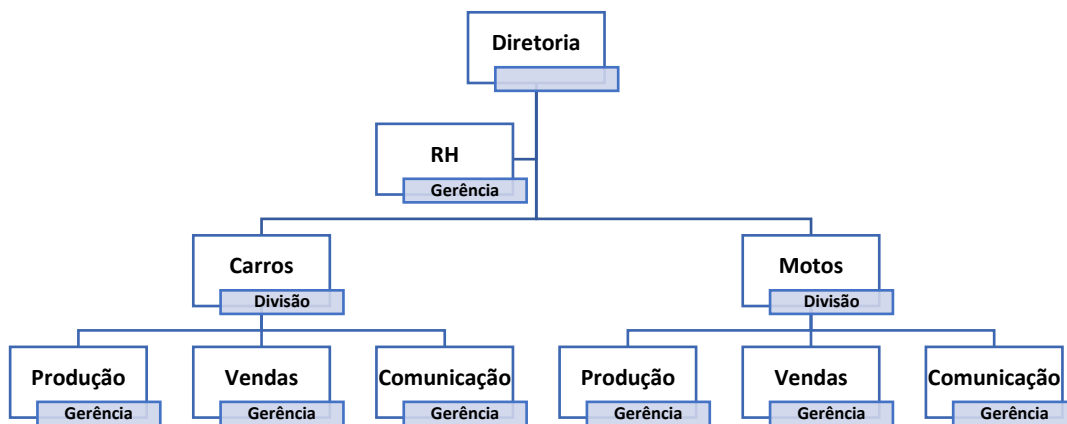
- B) que operam com relativa autonomia, denominados centros de resultados, organizados por produto, área geográfica ou clientela.

Na estrutura divisional, a organização é dividida em unidades semi-autônomas, cada uma responsável por um produto ou linha de produtos específicos, uma área geográfica específica, ou um conjunto específico de clientes. Cada divisão funciona como um centro de resultados, tendo sua própria estrutura, que pode incluir funções como

marketing, vendas, e produção, adaptadas às necessidades específicas da divisão. Esta estrutura permite uma maior flexibilidade e uma resposta mais rápida às mudanças no mercado ou nas necessidades dos clientes, já que cada divisão pode agir de forma relativamente independente.

Organização Divisional

- A Nesta estrutura, a empresa se divide em "divisões" para atender e se ajustar a diferentes tipos de produtos, clientes ou regiões. Geralmente, são empregadas formas de departamentalização por produto, cliente ou território. Assim, surgem unidades **descentralizadas** (ou divisões) "semiautônomas" (com relativa autonomia), nas quais os resultados (lucros ou prejuízos) são avaliados de maneira **autônoma** (por cada unidade) e **descentralizada**.



Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento da coordenação com base no produto • Crescimento na flexibilidade e adaptabilidade • Maior agilidade na resposta • Maior "proximidade" com o cliente • Simplifica o monitoramento do desempenho de cada divisão 	<ul style="list-style-type: none"> • Repetição de recursos • Altos custos • Integração e coordenação desafiadoras entre divisões • Possível "competição" entre as divisões • Os objetivos das divisões podem prevalecer sobre os interesses gerais da empresa

Gabarito: Letra B.

DIREITOS HUMANOS

29) Uma vez necessário o comparecimento de um idoso enfermo perante os órgãos públicos, quando do interesse do próprio idoso, de acordo com as disposições da Lei nº 10.741/2003, é admitido o seguinte procedimento:

- o agente público deverá promover o contato necessário com o idoso em sua residência.
- o idoso se fará representar por procurador legalmente constituído.
- o idoso se fará representar pelos familiares.
- o idoso se fará representar pelo médico.
- o idoso poderá ser representado por algum organismo de assistência social devidamente credenciado.

Comentário:

Lei 10.741/03. Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 5º. É **vedado** exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos, hipótese na qual será admitido o seguinte procedimento:

I - quando de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com o idoso em sua residência; ou

II - quando de interesse do próprio idoso, este se fará representar por procurador legalmente constituído.

Gabarito: Letra B.

30) A Lei Maria da Penha considera violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial,

A) desde que ocorra em situação de coabitação com o agressor.

B) desde que ocorra em situação de coabitação e o agressor mantenha relação íntima de afeto com a vítima.

C) caso ocorrida no âmbito da família, desde que haja coabitação e exista união por laços naturais.

D) desde que ocorra no âmbito familiar, independentemente de coabitação, mas em razão de relação íntima com o homem agressor.

E) caso ocorrida no âmbito da unidade doméstica, abrange o agressor esporadicamente agregado ao espaço de convívio permanente entre as pessoas.

Comentário:

Letra E: Correta.

Lei 11.343/06. Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura **violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão** baseada no **gênero** que lhe cause **morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:** (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da **unidade doméstica**, compreendida como o **espaço de convívio** permanente de pessoas, **com ou sem vínculo familiar**, **inclusive as esporadicamente agregadas;**

II - no **âmbito da família**, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

Demais Letras: Erradas.

Lei 11.343/06. Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura **violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão** baseada no **gênero** que lhe cause **morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:** (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

III - em **qualquer relação íntima de afeto**, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, **independentemente de coabitação.**

STJ/Súmula 600

Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, **não se exige a coabitação entre autor e vítima.**

Gabarito: Letra E.

31) Sobre os direitos da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), considere as assertivas:

I. No caso Atala Riffo, a Corte Interamericana afirmou, pela primeira vez, que orientação sexual e identidade de gênero são categorias protegidas pela Convenção Americana de Direitos Humanos, após considerar discriminatória decisão da Suprema Corte do Chile que retirou da mãe a guarda das filhas em virtude de convivência homoafetiva.

II. A ONU aprovou, recentemente, a Declaração sobre orientação sexual e identidade de gênero, que enuncia especificadamente direitos da população LGBT.

III. De acordo com a jurisprudência brasileira, o pedido de transexual para modificar a designação do sexo e do nome no registro civil somente pode ser feito após a realização de cirurgia de redesignação de gênero.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III.
- D) II.
- E) I.

Comentário:

I. Verdadeira. No caso *Atala Riffo e Niñas vs. Chile*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos realmente estabeleceu um precedente importante ao afirmar que a orientação sexual e a identidade de gênero são categorias protegidas pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte considerou discriminatória a decisão da Suprema Corte do Chile de retirar a guarda das filhas de Karen Atala Riffo devido à sua relação homoafetiva.

II. Falsa. Até a data do meu último treinamento em abril de 2023, a ONU não havia aprovado uma Declaração específica sobre orientação sexual e identidade de gênero que enunciasse direitos específicos da população LGBT. Existem resoluções e declarações que abordam a questão, mas nenhuma declaração específica foi aprovada.

III. Falsa. No Brasil, a jurisprudência, consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, estabelece que a modificação do registro civil para a alteração do nome e do sexo de pessoas transexuais não está condicionada à realização de cirurgia de redesignação de gênero. A alteração pode ser requerida independentemente do procedimento cirúrgico.

Gabarito: Letra E.

32) O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, prevê em seu texto que, para o planejamento municipal, serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- A) plano diretor e desapropriações.
- B) servidão administrativa e disciplina do parcelamento do uso e da ocupação do solo.
- C) diretrizes orçamentárias, orçamento anual e concessão de direito real de uso.
- D) zoneamento ambiental e gestão democrática participativa.
- E) programas e projetos setoriais, planos de desenvolvimento econômico e social e direito de superfície.

Comentário:

Lei 10.257/01. Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

III – **planejamento municipal**, em especial:

- a) plano diretor;
- b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- c) **zoneamento ambiental**;
- d) plano plurianual;
- e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- f) **gestão orçamentária participativa**;
- g) planos, programas e projetos setoriais;

h) planos de desenvolvimento econômico e social;

IV – institutos tributários e financeiros:

a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;

b) contribuição de melhoria;

c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

V – institutos jurídicos e políticos:

a) desapropriação;

b) servidão administrativa;

c) limitações administrativas;

d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;

e) instituição de unidades de conservação;

f) instituição de zonas especiais de interesse social;

g) concessão de direito real de uso;

h) concessão de uso especial para fins de moradia;

i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

j) usucapião especial de imóvel urbano;

l) direito de superfície;

m) direito de preempção;

n) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;

o) transferência do direito de construir;

p) operações urbanas consorciadas;

q) regularização fundiária;

r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;

s) referendo popular e plebiscito;

t) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária;

u) legitimação de posse.

Gabarito: Letra D.

33) A respeito dos marcos históricos, fundamentos e princípios dos direitos humanos, assinale a opção correta.

A) Segundo a doutrina contemporânea, direitos humanos e direitos fundamentais são indistinguíveis; por isso, ambas as terminologias são intercambiáveis no ordenamento jurídico.

B) Os direitos humanos estão dispostos em um rol taxativo, que foi internalizado pelo ordenamento jurídico brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

C) No Brasil, os direitos políticos são considerados direitos humanos e seu exercício pelos cidadãos se esgota no direito de votar e de ser votado.

D) A dignidade da pessoa humana, princípio basilar da Constituição Federal de 1988, é fundamento dos direitos humanos.

E) Em razão do princípio da imutabilidade, os direitos humanos reconhecidos na Revolução Francesa permanecem os mesmos ainda na atualidade.

Comentário:

Letra A: Errada.

Direitos Humanos são reconhecidos como direitos inerentes a todos, aceitos universalmente no âmbito internacional, enquanto que os Direitos Fundamentais são um conjunto de direitos explicitamente estabelecidos no âmbito jurídico de um estado específico.

Letra B: Errada.

A natureza dos direitos humanos é de ser perene e expansível, ou seja, não se limitam a uma lista definitiva. Sempre há a possibilidade de adicionar mais direitos humanos, mas nunca de diminuí-los. Isso é evidenciado pelo parágrafo segundo do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 5º [...] § 2º - Esta Constituição não restringe direitos, incluindo aqueles que surgem dos princípios que adota e dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Letra C: Errada.

Direitos políticos são regulamentos que definem as várias maneiras pelas quais os cidadãos podem expressar suas opiniões, incluindo, mas não limitado a, a soberania popular, que se manifesta através do sufrágio universal, voto direto e secreto, entre outros métodos.

Letra D: Correta.

Especialistas em Direitos Humanos fundamentam seu conceito na noção de dignidade humana. Mas o que realmente significa dignidade? De acordo com Fábio Konder Comparato, dignidade é a "crença de que todos os seres humanos merecem igual respeito simplesmente por serem humanos."

CF/88. Art. 1º - A República Federativa do Brasil, constituída pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, é um Estado Democrático de Direito e tem como um de seus alicerces: III - a dignidade da pessoa humana;

Letra E: Errada.

Contrariando a visão de Kant, os direitos humanos não são fixos ou eternos. Eles refletem e são moldados pelo contexto histórico e social. Como Norberto Bobbio assinalou (1992, p.19-20), os direitos humanos evoluem com as transformações temporais e espaciais, tornando sua definição precisa um desafio. De fato, a compreensão exata do que constitui um direito fundamental é fluida, pois o que foi considerado um direito fundamental no passado pode não ser visto da mesma maneira hoje, como tem sido ao longo da história.

Gabarito: Letra D.

34) A respeito da teoria das gerações ou dimensões de Direitos Humanos, considere:

I. A adoção do conceito de gerações de Direitos Humanos é consensual na doutrina brasileira.

II. Os Direitos Humanos de segunda geração ou dimensão estão relacionados à ideia de solidariedade ou fraternidade, da mesma forma como os direitos de primeira geração ou dimensão estão amparados na ideia de liberdade.

III. Os Direitos Humanos de primeira geração ou dimensão, por se tratarem de direitos de defesa, não acarretam qualquer atuação prestacional do Estado em relação à efetivação dos mesmos.

IV. Os Direitos Humanos de segunda geração ou dimensão, dada a sua natureza prestacional, exigem uma atuação positiva do Estado para a sua efetivação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e IV.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) IV.
- E) II.

Comentário:

Item I: Errado.

Alguns teóricos questionam a utilização da expressão "gerações" no contexto dos direitos humanos, argumentando que tal terminologia pode sugerir erroneamente a conclusão de uma etapa e o início subsequente de outra de maneira completamente separada. Essa interpretação poderia resultar em uma compreensão distorcida e contrariar a natureza intrínseca de inseparabilidade dos direitos humanos.

Item II: Errado.

Segunda Dimensão
<ul style="list-style-type: none">✓ Assegura a igualdade material entre o ser humano; (Representam os Direitos Sociais, Econômicos e Culturais).✓ O Estado deve atuar adotando políticas públicas com a finalidade de beneficiar os interesses da coletividade.✓ Caráter Positivo.✓ Ex.: Direito à saúde, educação, trabalho, habitação, previdência social, assistência social.

Item III: Errado.

Embora seja comum considerar que os Direitos Humanos de primeira geração atuam principalmente como direitos de proteção, é equivocado afirmar que não implicam em alguma forma de ação positiva. Ao contrário, não é suficiente que o Estado simplesmente não intervenha em direitos como a vida ou a propriedade. É essencial que ele atue ativamente para assegurá-los, caso contrário, o verdadeiro significado desses direitos pode ser totalmente perdido.

Item IV: Correta.

Segunda Dimensão
<ul style="list-style-type: none">✓ Assegura a igualdade material entre o ser humano; (Representam os Direitos Sociais, Econômicos e Culturais).✓ O Estado deve atuar adotando políticas públicas com a finalidade de beneficiar os interesses da coletividade.✓ Caráter Positivo.✓ Ex.: Direito à saúde, educação, trabalho, habitação, previdência social, assistência social.

Dimensões dos Direitos Fundamentais – Paulo Bonavides
Primeira Dimensão
<ul style="list-style-type: none">✓ Princípio da Liberdade;✓ Liberdades Negativas, Clássicas ou formais (Representam os Direitos Civis e Políticos);✓ O Estado não intervém nos direitos de primeira dimensão;✓ Caráter Negativo;✓ Ex.: Direito à vida; à liberdade; à propriedade, à liberdade de expressão;
Segunda Dimensão
<ul style="list-style-type: none">✓ Assegura a igualdade material entre o ser humano; (Representam os Direitos Sociais, Econômicos e Culturais).✓ O Estado deve atuar adotando políticas públicas com a finalidade de beneficiar os interesses da coletividade.✓ Caráter Positivo.✓ Ex.: Direito à saúde, educação, trabalho, habitação, previdência social, assistência social.
Terceira Dimensão

<ul style="list-style-type: none">✓ Princípio da solidariedade ou fraternidade✓ Refere-se aos direitos transindividuais. Materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais;✓ Possuem natureza indivisível;✓ Protege interesses de titularidade coletiva ou difusa.✓ Ex.: Direito ao Meio ambiente, de Comunicação, autodeterminação dos povos.
Quarta Dimensão
<ul style="list-style-type: none">✓ Consiste no direito à democracia, informação e pluralismo de ideias, além da normatização do patrimônio genético.✓ Consiste no respeito à cidadania, além de envolver a globalização política.
Quinta Dimensão
<ul style="list-style-type: none">✓ Direito à paz.✓ Obs.: A CESPE e a VUNESP já consideraram o Direito à paz como de Terceira Dimensão. Seguindo a doutrina de Norberto Bobbio.

Gabarito: Letra D.

35) No que tange à responsabilização internacional do Estado por violação de compromissos assumidos no âmbito internacional,

- A) em respeito à soberania, o Estado não pode ser responsabilizado, internacionalmente, a fazer ou deixar de fazer algo no âmbito interno e as condenações se limitam a obrigações de dar.
- B) prevalece que a responsabilidade é subjetiva, ou seja prescinde de dolo ou culpa para que o Estado seja responsabilizado.
- C) prevalece que, em matéria de Direitos Humanos, a responsabilidade é objetiva, devendo haver a violação de uma obrigação internacional, acompanhada do nexo de causalidade entre a mencionada violação e o dano sofrido.
- D) o Estado não é responsabilizado se comprovar que investigou e puniu os seus agentes internos.
- E) não há que se falar em responsabilização internacional, na medida em que não existe um órgão internacional de execução de sentenças condenatórias das cortes internacionais.

Comentário:

A opção A é incorreta. Mesmo sendo soberano, um Estado pode, de fato, ser responsabilizado internacionalmente, especialmente quando descumpre compromissos assumidos. As penalidades a que os Estados podem estar sujeitos não se restringem apenas a obrigações de indenizar; podem incluir, também, obrigações de agir ou de se abster de agir.

A opção B também não é correta, pois geralmente se aceita que a responsabilidade é objetiva, ou seja, não depende da existência de intenção ou negligência. Comumente, a responsabilidade se baseia em três pilares: dano, relação causal e culpa (incluindo intenção e negligência). No entanto, no caso da responsabilidade objetiva, a necessidade de culpa ou intenção é eliminada, sendo suficiente a presença de dano e relação causal para estabelecer a responsabilidade.

A opção C é correta. Como mencionado anteriormente, na esfera dos Direitos Humanos, a responsabilidade é tipicamente objetiva. Isso implica que a configuração de responsabilidade exige apenas a presença de dano, neste contexto específico resultante de um ato ilícito internacional, e a existência de uma relação causal entre a violação da norma internacional e o dano causado.

A opção D está errada, pois é essencial avaliar se a responsabilização foi proporcional ao ato cometido.

Por fim, a opção E está completamente incorreta. Um exemplo de entidade internacional capaz de impor responsabilização internacional é a Corte Internacional de Justiça (CIJ), órgão da ONU.

Gabarito: Letra C.

36) De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica),

- A) a pena pode passar da pessoa do delinquente.
- B) não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- C) os menores, quando puderem ser processados, devem cumprir a pena juntamente com os adultos.
- D) as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial segregar o criminoso do meio social.

E) a pena de morte pode ser aplicada por delitos comuns conexos com delitos políticos.

Comentário:

Letra A: Errada.

Artigo 5. Direito à integridade pessoal

3. A pena **não pode passar** da pessoa do delinquente.

Letra B: Correta.

Artigo 4. Direito à vida

3. **Não se pode restabelecer** a pena de morte nos **Estados que a hajam abolido**.

Letra C: Errada.

Artigo 5. Direito à integridade pessoal

5. Os **menores**, quando puderem ser processados, devem ser **separados dos adultos** e conduzidos a **tribunal especializado**, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.

Letra D: Errada.

Artigo 5. Direito à integridade pessoal

6. As **penas privativas da liberdade** devem ter por **finalidade essencial** a reforma e a readaptação social dos condenados.

Letra E: Errada.

Artigo 5. Direito à integridade pessoal

4. Os processados devem ficar **separados** dos condenados, **salvo em circunstâncias excepcionais**, e ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas.

Gabarito: Letra B.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37) Sobre os atributos do poder de polícia, a

- A) discricionariedade está presente em todas as medidas de polícia como, por exemplo, na licença e na autorização.
- B) executoriedade consiste na possibilidade de a Administração Pública recorrer ao Poder Judiciário para compelir o administrado.
- C) delegabilidade consiste na possibilidade de delegar o poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado, desde que mediante prévia autorização legal.
- D) executoriedade está presente em todas as medidas de polícia, mas não a exigibilidade.
- E) exigibilidade envolve meios indiretos de coação como, por exemplo, a aplicação de multas.

Comentário:

Atribuições do Poder de Polícia

➤ O poder de polícia possui **três atributos**:

✓ **Discricionariedade:**

• O **poder de polícia** é exercido, em regra, com base nos critérios de **conveniência e oportunidade**, observados os **limites da lei e princípios da razoabilidade e proporcionalidade**;

• **É possível a vinculação do poder de polícia.** (Letra A)

Ex: **Licença**.

✓ **Autoexecutoriedade:**

• É a **execução direta e imediata** dos atos administrativos, **independentemente de prévia autorização judicial**;

• O atributo da autoexecutoriedade **não se aplica em todos os casos** do poder de polícia;

• É **necessária a ação judicial**, no caso de **cobrança de multa**, na hipótese do particular **não ter pago a multa, não podendo a Administração cobrar, mas apenas impor a multa**; (Adm. Impõe a multa, mas é o Judiciário que cobra);

• Di Pietro entende que a **Autoexecutoriedade** é dividida em **duas espécies**:

❖ **Exigibilidade**: Aplicação de **meios indiretos de coação** pela Administração Pública. (Letra E)

❖ **Executoriedade**: Confunde-se com a **Autoexecutoriedade**, exercendo **meios diretos do poder de polícia, salvo nos casos de transferência de patrimônio do particular para o Estado, pois existe a necessidade do poder judiciário**; (Letra B)

Não Confundir!

- **Aplicação de multa** → Exigibilidade ou coercibilidade;
- **Retirada imediata de um carro no meio da rua** → Autoexecutoriedade;
- **Cobrança de Multa** → Intervenção do poder judiciário.

✓ **Coercibilidade:**

• É a **imposição coativa** das medidas adotadas pela Administração Pública;

• **OBS**: Certos atos de poder de polícia **não possuem a autoexecutoriedade e a coercibilidade**, como no caso dos **atos preventivos (Licença para construção)** e **certos atos repressivos (cobrança de multa não paga pelo particular)**

Gabarito: Letra E.

38) O exercício dos chamados Poderes da Administração deve guardar fundamento legal e observar os princípios que informam sua atuação. Nesse sentido, as

A) autarquias, como pessoas jurídicas sujeitas ao regime jurídico de direito público, são detentoras de poder normativo originário, sendo autorizadas a editar atos para impor e limitar direitos dos administrados.

B) empresas estatais integram a Administração Pública indireta e, como tal, não se sujeitam aos princípios que informam a atuação da Administração direta, não obstante sejam criadas por lei e seu patrimônio esteja sujeito ao regime jurídico de direito público.

C) fundações, ainda que instituídas por lei e mantidas pelo Poder Público, não integram a Administração Pública indireta, sujeitando-se integralmente ao regime jurídico de direito privado.

D) empresas públicas exercem poder de polícia e poder disciplinar de forma inerente à sua natureza jurídica, prescindindo de previsão na respectiva lei criadora daqueles entes.

E) autarquias, como pessoas jurídicas de direito público, podem exercer poder de polícia, observados os limites e campo de atuação constantes da lei que as criou.

Comentário:

Letra A: Errada.

O Poder normativo originário não é uma das características das autarquias.

Letra B: Errada.

As empresas estatais se sujeitam aos princípios que informam a atuação da Administração Direta.

Letra C: Errada.

Integra a administração indireta.

Letra D: Errada.

Delegação do Poder de Polícia

- É **possível** a delegação do **Poder de Polícia** para pessoas jurídicas de **direito público**.
- É possível delegar (**Fases: Consentimento, Fiscalização e Sanção**) para pessoas de **direito privado**, desde que:
 - ✓ Haja **Lei**;
 - ✓ Faça parte da Administração **Indireta**;
 - ✓ Tenha **capital social majoritariamente público**;
 - ✓ Preste, **exclusivamente**, **serviço público** em regime **não concorrencial**;

STF/RE 633.782: É **constitucional** a delegação do poder de polícia, por meio de **lei**, a pessoas jurídicas de **direito privado** integrantes da Administração Pública **indireta** de **capital social majoritariamente público** que prestem **exclusivamente serviço público** de atuação própria do Estado e **em regime não concorrencial**.

Letra E: Correta.

Gabarito: Letra E.

39) O Tribunal de Contas do Estado de Goiás expediu atos normativos sobre matéria de sua atribuição e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando os jurisdicionados ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade. A expedição desses atos é possível, no âmbito de sua competência e jurisdição, porque assiste ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás o poder

- A) regulamentar.
- B) administrativo.
- C) tutelar.
- D) executivo.
- E) organizacional.

Comentário:

Poder Regulamentar

- É a **capacidade** em que os **chefes do Poder Executivo** possuem para fazer **edição de atos administrativos normativos**;
- É a **prerrogativa de direito público** que o autoriza a editar **atos gerais e abstratos** para **complementar a lei** e **permitir** a sua **efetiva execução**.
- Conforme a **doutrina**, o **poder regulamentar** é de **competência privativa dos chefes do Poder Executivo**.
- Aos demais **órgãos e entidades da administração** que podem **editar atos administrativos normativos**, a doutrina estabelece que estes estejam utilizando o **Poder Normativo**, sendo um poder **mais amplo** em que o **Poder Regulamentar** seria uma **espécie** daquele.
- Os **atos do poder regulamentar** ocorrem através de:
 - ✓ **Decretos e Regulamentos:**
 - Estabelecem os procedimentos para a **fiel execução das leis**, ou seja, **explicam** os dispositivos legais;
 - **Não podem criar novos direitos e obrigações**, ou seja, **não pode inovar** o direito se **limitando a lei**;

- Tal competência que é dos **Chefes do Poder Executivo não pode ser delegada**;
- São considerados **atos normativos secundários**, sendo a **lei ato normativo primário**;
- É possível mediante **decreto ou regulamento** fixar **obrigações derivadas diversas** das obrigações primárias, **desde que estejam em consonância** com o que a Lei impõe;
- São atos de **caráter geral e abstrato**, possuindo destinatários **indeterminados**;
- De acordo com a **Doutrina**, a regulamentação só pode ocorrer em **leis que a administração atue**, ou seja, **leis administrativas**, não podendo regulamentar **leis penais ou processuais**;
- A **autorização para editar decretos não precisa está diretamente firmado na Lei**, pois tal ato de editar **vem direto da CF/88**;
- Nos casos em que a **lei depender de decreto**, aquela **só produzirá seus efeitos após a edição** deste.

CF/88, Art. 84. Compete **privativamente** ao **Presidente da República**:

IV - **sancionar, promulgar e fazer publicar as leis**, bem como **expedir decretos e regulamentos** para sua **fiel execução**;

✓ **Decretos Autônomos:**

- Editados **privativamente pelo chefe do Executivo**, **não necessitando** de participação do **poder legislativo**;
- São considerados **atos primários**, ou seja, não precisam da criação de uma lei para existir;
- Decorre **direto da CF/88**, tendo a finalidade de **criar normas**;
- Edição de **decretos autônomos** pode ser **delegada** aos **Ministros de Estado, PGR E AGU**;

CF/88, Art. 84. Compete **privativamente** ao **Presidente da República**:

VI – dispor, **mediante decreto**, sobre:

a) **organização e funcionamento da administração federal**, quando **não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção** de órgãos públicos;

b) **extinção** de **funções ou cargos públicos**, **quando vagos**;

Parágrafo único. O Presidente da República **poderá delegar** as atribuições mencionadas nos incisos **VI (Decreto Autônomo), XII (Conceder Indulto e Comutar Pena) e XXV (Prover e Desprover cargo), primeira parte**, aos **Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República** ou ao **Advogado-Geral da União**, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

✓ **Decreto ou Regulamento Autorizado/Delegado:**

- O regulamento autorizado ou delegado consiste em **ato administrativo secundário** (infralegal) derivado da **lei**, que tem a finalidade de **complementar** está por meio do **poder executivo**.
- **Não têm previsão expressa na CF/88**;
- É considerado **um poder normativo**, e não regulamentar, sendo **editado por órgãos e entidades de perfil técnico**, ou seja, **não é atribuição exclusiva** do Chefe do Poder Executivo.
- Regulamentam matérias de **natureza técnica** que **não constam na lei**, porém seguindo as **diretrizes desta**;
- Através deles ocorre o fenômeno da **deslegalização**;

❖ **Deslegalização:**

- Fenômeno que ocorre quando o **Legislador rebaixa hierarquicamente** determinada **matéria infraconstitucional** (legal), passando a ser tratada de **modo infralegal** (Regulamento) pelo **Poder Executivo** devido a sua **alta complexidade técnica**.

- Atualmente, o Poder Público passou a ter diversas **atividades técnicas consideradas complexas**. Com isso, de forma **originária, na França**, começou a ser aceita a **deslegalização**, que ocorre quando uma determinada competência que **era, inicialmente, feita por lei**, passa a ter a **possibilidade de ser regulamentada por norma infralegal**, desde que autorizado pelo **legislador**. Ou seja, a competência que **possuía um caráter legal** (Lei em sentido estrito), passa a ter um **domínio de ato regulamentar**, ocorrendo, assim, a **deslegalização**.
- Sintetizando, já que o Legislador **não tem todo o conhecimento técnico** sobre a matéria para criar a lei como um todo, ele acaba **delegando** ao setor administrativo responsável que possui o **conhecimento técnico** aprofundado no assunto para **regulamentá-lo**. No entanto, cabe ressaltar que a delegação para a regulamentação da matéria **não é integral**, tendo que ser respeitados determinados **limites**.

Gabarito: Letra A.

40) Quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo direitos individuais, atua no exercício do poder

- A) de polícia.
- B) hierárquico.
- C) regulamentar.
- D) disciplinar.
- E) estritamente vinculado.

Comentário:

Poder de Polícia

- Poder utilizado pela Administração Pública que **condiciona ou restringe** o uso de **bens e a prática de atividades privadas**, em prol dos **interesses da coletividade**.
- Prevalece o princípio da **supremacia do interesse público**, em que o interesse do particular é **limitado** devido ao **interesse público**;
- **Poder de Polícia em sentido estrito:** Representa o exercício de **função administrativa** que, fundada em **lei, restringe e condiciona** o exercício de direitos e atividades **privadas**.
- **Poder de Polícia em sentido Amplo:** Além de exercer a atividade administrativa, pode **editar leis** que **condicionem e limitem a liberdade** e a **propriedade**, sendo chamadas de **limitações administrativas**;
- O poder de polícia está sujeito ao **controle de legalidade do Poder Judiciário**;
- Deve observar o **divido processo legal** e os princípios da **razoabilidade e proporcionalidade**;

Diferenças

Poder Disciplinar

Poder de Polícia

<ul style="list-style-type: none">• Poder de aplicar sanções aos servidores e pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração;• É aplicável aos servidores públicos e particulares que tenham <u>vínculo jurídico específico</u> com a Administração, como por exemplo, no caso de contrato administrativo;• Não se confunde com o Poder de Polícia, pois este se insere na esfera privada, aplicando restrições e condicionamentos aos particulares;	<ul style="list-style-type: none">• Poder utilizado pela Administração Pública que condiciona ou restringe o uso de bens e a prática de atividades privadas, em prol dos interesses da coletividade.• Tem como destinatários todos os particulares submetidos à autoridade do Estado.• Prevalece o princípio da supremacia do interesse público, em que o interesse do particular é limitado devido ao interesse público;
--	---

Gabarito: Letra A.

41) Quanto aos poderes administrativos é

- A) vinculado aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
- B) de polícia aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
- C) discricionário aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
- D) vinculado aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.
- E) de polícia aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.

Comentário:

Poder	
Vinculado	<ul style="list-style-type: none">➤ Chamado também de poder regrado;➤ Ocorre quando a lei não deixa margem de escolha para o exercício do agente público, devendo este decidir na mesma forma da lei; Ou seja, o agente está amarrado à lei, sem existir a possibilidade de atuar com conveniência e oportunidade.
Discricionário	<ul style="list-style-type: none">➤ O agente público possui margem de escolha, decidindo, dentro dos limites legais, com base na conveniência e oportunidade (Mérito Administrativo) na análise do caso concreto.➤ A revogação de um ato é discricionária;➤ O exercício do poder discricionário pode concretizar-se tanto quando o ato é praticado, bem como posteriormente, como no momento em que a administração decide por sua revogação.

Gabarito: Letra A.

42) Um servidor público pretende extinguir ato administrativo válido, por razões de oportunidade e conveniência. Nesse caso, a extinção do ato

- A) não será possível, tendo em vista tratar-se de ato administrativo válido, isto é, editado em conformidade com a lei.
- B) dar-se-á por meio de revogação, que corresponde a ato administrativo discricionário da Administração Pública, desde que presentes os requisitos legais.
- C) dar-se-á por meio de anulação, desde que observados os requisitos legais e respeitados os efeitos já produzidos pelo ato.
- D) dar-se-á por meio de revogação, desde que o ato que se pretende extinguir seja vinculado, pois apenas atos administrativos dessa natureza comportam revogação.
- E) poderá ocorrer tanto por meio de revogação quanto por anulação, no entanto, na primeira hipótese, produzirá efeitos *ex tunc*.

Comentário:

Extinção dos atos administrativos

Revogação	<ul style="list-style-type: none">➤ A administração pública pode revogar ato próprio discricionário, ainda que perfeitamente legal, simplesmente pelo fato de não mais o considerar conveniente ou oportuno.➤ A revogação de um ato administrativo normativo, quando parcial, denomina-se derrogação. Quando a revogação for total podemos chamar de Ab-rogação (Revogação Absoluta).➤ Os atos administrativos sujeitam-se ao exame do Poder Judiciário no que diz respeito aos aspectos de legalidade, mas não nos critérios de conveniência e oportunidade.➤ Não podem ser revogados (Ex Nunc) os atos administrativos:<ul style="list-style-type: none">✓ Que já exauriram seus efeitos.✓ Enunciativos, também denominados “meros atos administrativos”, como certidões e atestados.✓ Vinculados;✓ Que geram direitos adquiridos;✓ Editados em desconformidade com a lei;✓ Integrantes de um procedimento administrativo;✓ Que se exauriram as competências relativamente ao objeto do ato;✓ Complexos;➤ A revogação é um ato discricionário que incide apenas sobre atos discricionários. <p>Fonte de Estudo: MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Saraiva. Ed. 9º. P. 341-342.</p>
------------------	---

Gabarito: Letra B.

43) Pedro, servidor que ingressou recentemente em órgão administrativo encarregado de conceder licença de edificação, expediu alvará para construção de um galpão, verificando, posteriormente, que a competência para tanto seria de seu superior hierárquico. Diante de tal situação, caberá a

- A) anulação do ato e a sua substituição por outro hígido, praticado pela autoridade competente, dado seu caráter discricionário.
- B) declaração de nulidade do ato, eis que vício de competência não é passível de saneamento.
- C) convalidação do ato pela autoridade competente, desde que presentes os requisitos legais para a concessão da licença, eis que se trata de ato vinculado.
- D) manutenção do ato, desde que o particular esteja de boa-fé e não tenha induzido a autoridade a erro, vedada a anulação ou revogação pela Administração.
- E) homologação do ato pelo superior hierárquico, com produção de efeitos apenas a partir do ato homologatório, dado seu caráter discricionário.

Comentário:

Convalidação	<ul style="list-style-type: none">➤ A convalidação de um ato administrativo é o processo de que se vale a Administração para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis ou sanáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte.➤ O aproveitamento dos atos administrativos que apresentem vícios pode se dar por meio de convalidação que é:<ul style="list-style-type: none">✓ Aplicável aos atos discricionários e vinculados;✓ Feita pela Administração Pública não se deslocando para o Judiciário;✓ Considerada um vício sanável para os elementos: forma e competência;✓ Inaplicável a atos que tenham exaurido seus efeitos, não produzindo qualquer efeito a sua convalidação.➤ A convalidação de um ato administrativo enseja a edição de novo ato administrativo, que produz efeitos desde a data em que foi editado o ato viciado, salvo disposição expressa em sentido contrário.➤ A convalidação de um ato administrativo somente é possível para os chamados atos anuláveis.
---------------------	---

Gabarito: Letra C.

44) Quanto aos atributos e elementos do ato administrativo e respectiva relação com a existência e validade,

- A) a presunção de legitimidade que informa todos os atos administrativos não afasta a possibilidade de controle judicial em relação a eventuais vícios de legalidade, como no caso de ato proferido por autoridade incompetente.
B) a imperatividade dos atos administrativos enseja medidas de autoexecutoriedade e, em razão da natureza discricionária, não admite controle judicial, apenas autotutela por parte da Administração Pública.
C) a exigibilidade dos atos administrativos guarda relação direta com a forma, estando presente apenas nos atos vinculados que, como tal, encontram todos os seus requisitos de validade elencados na lei.
D) o vício relativo ao motivo, ou seja, quanto aos pressupostos fáticos do ato, pode ser objeto de controle judicial, sem prejuízo da possibilidade de convalidação.
E) o objeto do ato administrativo pode ser discricionário ou vinculado, sendo que somente os atos discricionários que apresentem vícios poderão ser convalidados.
-

Comentário:

Letra A: Correta.

➤ **Presunção de legitimidade e veracidade:**

- ✓ Os atos administrativos, quando editados, trazem em si uma **presunção relativa de legitimidade**.
- ✓ A **presunção de legitimidade** dos atos administrativos está relacionada à **sujeição da administração** ao princípio da **legalidade**.
- ✓ A presunção de legitimidade é **relativa ou juris tantum**.
- ✓ A presunção de legitimidade dos atos administrativos **não é absoluta (juris et de jure)**.
- ✓ A presunção de **veracidade** tem o conceito de que os **atos alegados** pela Administração supõem-se como **verdadeiros**.
- ✓ Em decorrência do atributo da **presunção de legitimidade** e do atributo da **presunção de veracidade**, o **primeiro** diz respeito à **conformidade do ato com a lei**; em decorrência desse atributo, **presume-se, até prova em contrário**, que os **atos** administrativos foram **emitidos com observância na lei**, em relação ao **segundo presumem-se verdadeiros os fatos alegados** pela administração, tal como se verifica nas **certidões**, nos **atestados** e nas **declarações emitidas** pela administração.

Letra B: Errada.

➤ **Imperatividade:**

- ✓ Ao fazer uso de sua **supremacia na relação com os administrados**, para **impor-lhes determinada forma de agir**, o poder público atua com base na **imperatividade** dos atos administrativos.
- ✓ A **imperatividade** é atributo que dota de **coercitividade** os atos administrativos, mas esse atributo **não está presente em todos os atos**.
- ✓ A **imperatividade** é atributo **dissociável** dos atos administrativos, uma vez que **não está presente em todos** como os atos **enunciativos e negociais**.
- ✓ A **imperatividade** ocorre naqueles atos em que **impõem obrigações a terceiros, independentemente de sua concordância**.
- ✓ O **atributo** do ato administrativo decorrente do reconhecimento de que a Administração Pública pode criar, **independentemente da concordância dos particulares, obrigações unilateralmente impostas** em razão de seu **poder extroverso** é denominado **imperatividade**.

Letra C: Errada.

Exigibilidade abrange tanto Atos Vinculados como Atos Discricionários.

A principal distinção entre o atributo da **autoexecutoriedade** e da **exigibilidade** é que o **1º** confere à administração a **faculdade de executar (diretamente)** a medida prevista em lei. Nesse sentido, a administração **não precisa recorrer ao Poder Judiciário**. Já o **2º** poder de exigir do administrado as **obrigações impostas unilateralmente** pela **Administração**, sob pena de **coação indireta**.

Letra D: Errada.

➤ **Impossibilidade de Convalidação – Alexandre Mazza¹:**

- ✓ Quanto aos limites, **não podem ser objeto de convalidação** os atos administrativos:
 - **Com vícios no objeto, motivo e finalidade;**
 - **Cujo defeito já tenha sido impugnado** perante a Administração Pública ou o Poder Judiciário;
 - **Com defeitos na competência ou na forma, quando insanáveis;**
 - **Portadores de vícios estabilizados por força de prescrição ou decadência;**
 - **Cuja convalidação possa causar lesão ao interesse público;**
 - **Em que a convalidação pode ilegitimamente prejudicar terceiros;**
 - **Se a existência do vício invalidante for imputada à parte que presumidamente se beneficiará do ato;**
 - **Se o defeito for grave e manifesto (teoria da evidência)**

Letra E: Errada.

Tanto Vinculados como discricionário. Desde que sejam vícios de Competência e de Forma

Gabarito: Letra A.

DIREITO DO TRABALHO

45) Sócrates trabalha na empresa de segurança Alerta Máximo em jornada das 19 horas às 7 horas, exercendo as funções de vigilante ronda. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, o período laborado pelo empregado das

- A) 22 horas às 6 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 15% a mais.
- B) 21 horas às 5 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 20% a mais.
- C) 21 horas às 4 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 15% a mais.
- D) 22 horas às 6 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 10% a mais.
- E) 22 horas às 5 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 20% a mais.

Comentário:

CLT. Art. 73. **Salvo** nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, **o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno** e, para esse efeito, sua remuneração terá um **acréscimo de 20 %, pelo menos**, sobre a hora diurna.

§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de **52 minutos e 30 segundos**.

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as **22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte**.

Trabalhador Noturno				
Trabalhador	Horário Noturno	Hora do Período Noturno	Porcentagem	Fonte
Urbano	22h – 05h	52 min. 30s	20%	CLT. Art. 73
Rural – Pecuário	20h – 04h	60 min.	25%	Lei 5.889/73
Rural – Lavoura	21h – 05h	60 min.	25%	Lei 5.889/73
Portuário	19h – 07h	60 min.	20%	OJ 60 – SDI1
Petroleiro	22h – 05h	60 min.	20%	TST/Súmula 112
Aeronauta	18h – 06h	52 min. 30s	20%	Lei 13.475/17
Advogado	20h – 05h	60 min.	25%	Lei 8.906/94

PACOTE COMPLETO COM 50%OFF: [CLIQUE AQUI!](#)

Engenheiro	22h – 05h	60 min.	25%	Lei 4.95-A/66
-------------------	-----------	---------	-----	---------------

Gabarito: Letra E.

46) Poliana está prestando serviços em teletrabalho para o Banco Mediterrâneo. O seu empregador pretende fazer a reversão do trabalho da empregada para a modalidade presencial. Para que a mesma se efetive, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,

- A) deve haver a concordância da empregada, além de ser respeitado o prazo mínimo de transição de 10 dias.
B) é necessária a observância do prazo mínimo de transição de 15 dias, podendo ser realizada por ato unilateral do empregador.
C) é imprescindível a concordância da trabalhadora, além de ser respeitado o prazo mínimo de transição de 15 dias.
D) é necessária a observância do prazo mínimo de transição de 10 dias, podendo ser realizada por ato unilateral do empregador.
E) não há necessidade de prazo de transição, desde que haja concordância da empregada.

Comentário:

CLT. Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar **expressamente** do instrumento de contrato individual de trabalho.

§ 1º. Poderá ser realizada a **alteração entre regime presencial e de teletrabalho** desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

§ 2º. Poderá ser realizada a **alteração do regime de teletrabalho para o presencial** por determinação do empregador, garantido prazo de transição **mínimo de quinze dias**, com correspondente registro em aditivo contratual.

Gabarito: Letra B.

47) Os empregados da empresa de vigilância Farol Aceso, que possui 2.500 empregados, pretendem eleger comissão de seus representantes para entendimento direto com o empregador. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, esta comissão deverá ser composta por _____ membros, cujo mandato dos representantes dos empregados será de _____, sendo que os representantes dos empregados na comissão _____ garantia contra dispensa arbitrária ou sem justa causa.

As lacunas I, II e III devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- A) 3 – 2 anos – não possuem
B) 5 – 1 ano – não possuem
C) 3 – 1 ano – possuem
D) 7 – 2 anos – possuem
E) 7 – 1 ano – não possuem

Comentário:

CLT. Art. 510-A. Nas empresas com **mais de duzentos empregados**, é assegurada a **eleição** de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

§ 1º. A comissão será composta:

I - nas empresas com **mais de 200 e até 3.000 empregados, por três membros;**

II - nas empresas com **mais de 3.000 e até 5.000 empregados, por cinco membros;**

III - nas empresas com **mais de 5.000 empregados, por sete membros.**

Atenção!	
Número de Empregados	Quantidade de Membros
+ 200 até 3 mil	3
+ 3 mil até 5 mil	5
+ 5 mil	7

CLT. Art. 510-D. O mandato dos membros da comissão de representantes dos empregados será de **um ano**.

§ 3º. Desde o registro da candidatura até **um ano após o fim do mandato**, o membro da comissão de representantes dos **empregados não poderá sofrer despedida arbitrária**, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

Gabarito: Letra C.

48) Com o fim de evitar demissões de empregados, a indústria de panificação Bisnaga Macia está negociando com o Sindicato dos Empregados um Acordo Coletivo de modo a possibilitar ter um alívio na folha de pagamento mensal e conseguir manter os empregos. Dentre algumas das cláusulas colocadas a exame encontram-se:

I. Estabelecimento de banco de horas para compensação de jornada dentro do prazo de 1 ano.

II. Alteração do grau de insalubridade por um período de 6 meses.

III. Redução por 1 ano do percentual de depósito de FGTS de 8% para 6%.

IV. Igualdade por 90 dias da remuneração do trabalho noturno e diurno.

V. Remanejamento dos feriados para que a folga recaia na primeira sexta-feira após o dia efetivo.

Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se como cláusula lícita o que consta APENAS em

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, II e V.
- E) I, IV e V.

Comentário:

CLT. Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho **têm prevalência sobre a lei quando**, entre outros, dispuserem sobre: **(ROL EXEMPLIFICATIVO)**

II - banco de horas anual;

XI - troca do dia de feriado;

XII - enquadramento do grau de insalubridade;

CLT. Art. 611-B. Constituem **objeto ilícito** de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, **exclusivamente**, a **supressão ou a redução** dos seguintes direitos: **(ROL TAXATIVO)**

III - valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

VI - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

Gabarito: Letra D.

49) Vênus encerrou seu período de licença-maternidade e deverá retornar ao trabalho na Metalúrgica Ferro e Fogo, onde prestava serviços em área de contagem de material, local considerado insalubre em grau mínimo. Vênus encontra-se em período de lactação e, nessa situação, ao retornar ao trabalho, conforme previsão na Consolidação das Leis do Trabalho, seu empregador

- A) deverá afastá-la do local insalubre até o final da lactação, mas nessa hipótese a empregada receberá apenas metade do adicional de insalubridade em grau mínimo que percebia antes do afastamento.
- B) deverá afastá-la do local insalubre até o final da lactação, mas a empregada continuará recebendo o adicional de insalubridade em grau mínimo que percebia antes do afastamento.
- C) poderá mantê-la no mesmo local de trabalho, eis que o afastamento da lactante se dá apenas nas hipóteses de local insalubre em grau máximo.

D) poderá mantê-la no mesmo local de trabalho, eis que o afastamento da lactante se dá apenas nas hipóteses de local insalubre em graus médio e máximo.

E) deverá afastá-la do local insalubre até o final da lactação, mas nessa hipótese a empregada não receberá o adicional de insalubridade em grau mínimo que percebia antes do afastamento.

Comentário:

CLT. Art. 394-A. **Sem prejuízo de sua remuneração**, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de:

III - atividades consideradas insalubres **em qualquer grau**, ~~quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento~~ **durante a lactação**. (Vide ADIN 5938)

STF/ADI 5.938

A frase “quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento” foi considerada **inconstitucional** pelo STF.

Gabarito: Letra B.

50) Afrodite é enfermeira na clínica de saúde de idosos Aconchego e, por força da sua profissão receberá da empresa adicional de insalubridade em grau médio, após constatação em parecer de técnico contratado pelo seu empregador. Sabendo-se que o salário mínimo vigente na região é de R\$ 1.300,00 e que o salário fixo de Afrodite é de R\$ 2.500,00, o seu adicional de insalubridade será de

- A) R\$ 260,00
- B) R\$ 500,00
- C) R\$ 390,00
- D) R\$ 520,00
- E) R\$ 250,00

Comentário:

CLT. Art. 192 - O exercício de trabalho em **condições insalubres**, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional **respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento)** do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus **máximo, médio e mínimo**.

Dica!		
Condições	Grau	Porcentagem
Insalubridade	Máximo	40%
	Médio	20%
	Mínimo	10%
Periculosidade	X	30%

Insalubridade Grau Médio: 20% de 1.300 = R\$ 260,00.

Gabarito: Letra A.

51) Herculano foi contratado pelo Banco Rende Mais na condição de estagiário, para desenvolver e complementar seu aprendizado no curso de Administração de Empresas. Sobre o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Herculano

- A) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, que é vedado aos estagiários, independente de acordo mútuo.
- B) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, independente de acordo mútuo.
- C) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, não podendo ultrapassar de dois dias na semana nessa modalidade.
- D) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, o qual é restrito a profissionais com vínculo empregatício.
- E) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, sem nenhuma restrição quanto à frequência.

Comentário:

PACOTE COMPLETO COM 50%OFF: [CLIQUE AQUI!](#)

CLT. Art. 75-B. § 6º **Fica permitida** a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para **estagiários e aprendizes**.

Art. 75-C. A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar **expressamente** do instrumento de contrato individual de trabalho.

§ 1º. Poderá ser realizada a **alteração entre regime presencial e de teletrabalho** desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

Gabarito: Letra E.

52) Herculano foi contratado pelo Banco Rende Mais na condição de estagiário, para desenvolver e complementar seu aprendizado no curso de Administração de Empresas. Sobre o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Herculano

A) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, que é vedado aos estagiários, independente de acordo mútuo.

B) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, independente de acordo mútuo.

C) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, não podendo ultrapassar de dois dias na semana nessa modalidade.

D) não poderá prestar serviços em regime de teletrabalho, o qual é restrito a profissionais com vínculo empregatício.

E) poderá ser deslocado pelo empregador para o regime de teletrabalho, desde que haja acordo mútuo, sem nenhuma restrição quanto à frequência.

Comentário:

Letra A: Errada.

CLT. Art. 389 - Toda empresa é obrigada:

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem **pelo menos 30 mulheres** com **mais de 16 anos** de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

Letra B: Errada.

CLT. Art. 373-A. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é **vedado**:

VI - proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

Letra C: Errada.

CLT. Art. 390 - Ao empregador é **vedado** empregar a **mulher** em serviço que demande o emprego de força muscular **superior a 20 quilos** para o trabalho contínuo, ou **25 quilos** para o trabalho ocasional.

Parágrafo único - **Não está compreendida** na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

Peso Máximo	
Homem	Mulher e Menor
60 Kg , salvo remoção por vagonetes.	Ocasional: 25 Kg , salvo remoção por vagonetes; Contínuo: 20 Kg , salvo remoção por vagonetes.

Letra D: Errada.

CLT. Art. 389 - Toda empresa é obrigada:

III - a instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa e outros, a critério da autoridade

competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possam as empregadas guardar seus pertences;

Letra E: Correta.

CLT. Art. 396. Para **amamentar** seu filho, inclusive se advindo de adoção, **até que este complete 6 meses** de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a **2 descansos especiais** de **meia hora** cada um.

§ 1º. Quando o exigir a saúde do filho, o período de **6 meses poderá ser dilatado**, a critério da autoridade competente.

§ 2º. Os horários dos descansos previstos no caput deste artigo deverão ser definidos em acordo individual entre a **mulher e o empregador**.

Gabarito: Letra E.

DIREITO CONSTITUCIONAL

53) Leandro, parente consanguíneo de segundo grau de Pedro, que é Governador do estado de Goiás, pretende se candidatar pela primeira vez, nas próximas eleições para Prefeito, ao cargo de Prefeito do município de Goiânia. Por sua vez, Jorge, atual Prefeito de Goiânia, pretende se candidatar ao cargo de Governador do Estado de Goiás, nas próximas eleições para Governador. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, considerando-se que os demais requisitos foram preenchidos, na situação hipotética descrita, Leandro

A) poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois são inelegíveis no território de jurisdição do titular apenas os parentes consanguíneos de primeiro grau do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge não poderá se candidatar a Governador do Estado, uma vez que o seu mandato estará ainda vigente.

B) não poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois os parentes consanguíneos até terceiro grau do Governador de Estado são inelegíveis no território de jurisdição do titular, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito.

C) poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois são inelegíveis no território de jurisdição do titular apenas os parentes consanguíneos de primeiro grau do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito.

D) não poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois os parentes consanguíneos até segundo grau do Governador de Estado são inelegíveis no território de jurisdição do titular, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito.

E) poderá se candidatar a Prefeito de Goiânia, pois é inelegível no território de jurisdição do titular apenas o cônjuge do Governador de Estado, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição; e Jorge somente poderá se candidatar a Governador do Estado se renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito.

Comentário:

CF. Art. 14.

§ 6º Para **concorrerem a outros cargos**, o **Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos** devem **renunciar** aos respectivos mandatos **até seis meses antes do pleito**.

§ 7º São **inelegíveis**, no **território de jurisdição do titular**, o **cônjuge** e os **parentes consanguíneos** ou **afins**, **até o segundo grau** ou por **adoção**, do **Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito** ou de quem os **haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito**, **salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição**.

Gabarito: Letra D.

54) Amara é angolana, originária de Angola, país que possui a língua portuguesa como idioma oficial, e reside no Brasil há três anos ininterruptos. Pierre, de nacionalidade francesa, originário, portanto, de país que possui o francês como idioma oficial, reside no Brasil há 17 anos ininterruptos. Desde que

preenchidos os demais requisitos, com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, na forma da lei, Amara

A) e Pierre não podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por, no mínimo, 5 anos ininterruptos para os originários de países de língua portuguesa e de mais de 20 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade.

B) e Pierre podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por 1 ano ininterrupto para os originários de países de língua portuguesa e de mais de 15 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade.

C) pode se naturalizar brasileira, pois é exigida residência no Brasil por 1 ano ininterrupto para os originários de países de língua portuguesa, mas Pierre não pode se naturalizar brasileiro, pois para os estrangeiros de qualquer nacionalidade é exigida residência no Brasil por mais de 20 anos.

D) não pode se naturalizar brasileira, pois é exigida residência no Brasil por, no mínimo, 5 anos ininterruptos para os originários de países de língua portuguesa, mas Pierre pode se naturalizar brasileiro, pois para os estrangeiros de qualquer nacionalidade é exigida residência no Brasil por mais de 15 anos.

E) e Pierre não podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por mais de 20 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade, sejam, ou não, originários de países de língua portuguesa.

Comentário:

Caso de Amara:

CF. Art. 12. São **brasileiros**:

II – **naturalizados**:

a) os que, na forma da lei, **adquiram a nacionalidade brasileira**, exigidas aos **originários de países de língua portuguesa** apenas **residência por um ano ininterrupto** e **idoneidade moral**;

Caso de Pierre:

CF. Art. 12. São **brasileiros**:

II – **naturalizados**:

b) os **estrangeiros de qualquer nacionalidade**, residentes na República Federativa do Brasil **há mais de quinze anos ininterruptos** e **sem condenação penal**, desde que **requeiram a nacionalidade brasileira**.

Gabarito: Letra B.

55) Ronaldo praticou crime de tráfico ilícito de entorpecentes, tendo como mandante seu irmão, Luís. Sabe-se que Carolina poderia ter evitado referido crime, mas se omitiu. Com base apenas nas informações fornecidas, a Constituição Federal impõe à lei considerar o crime mencionado

A) afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo.

B) inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.

D) afiançável e suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

E) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

Comentário:

CF. Art. 5º

XLIII. A lei considerará **crimes inafiançáveis** e **insuscetíveis** de **graça** ou **anistia** a prática da **tortura**, o **tráfico ilícito de entorpecentes** e **drogas** afins, o **terrorismo** e os definidos como **crimes hediondos**, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV. Constitui crime **inafiançável** e **imprescritível** a **ação** de **grupos armados, civis ou militares**, **contra a ordem constitucional** e o **Estado Democrático**;

Crimes	
Inafiançável e Imprescritível	Inafiançável e Insuscetível de Graça ou Anistia

Racismo e Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.	Tortura, Tráfico de Drogas, Terrorismo; Hediondo.
Ração é inafiançável e imprescritível	3TH é inafiançável e insuscetível

Gabarito: Letra E.

56) De acordo com a Constituição Federal, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho

- A) não poderá ajuizar dissídio coletivo, porque o direito de greve é constitucionalmente garantido a todos, inclusive quando se tratar de atividade essencial.
B) não poderá ajuizar dissídio coletivo, apenas tendo legitimidade para tanto os empregadores da categoria.
C) poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo ao Superior Tribunal de Justiça decidir o conflito.
D) poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo ao Supremo Tribunal Federal decidir o conflito.
E) poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Comentário:

CF. Art. 114. § 3º Em caso de **greve** em atividade **essencial**, com possibilidade de **lesão do interesse público**, o **Ministério Público do Trabalho** poderá ajuizar **dissídio coletivo**, competindo à **Justiça do Trabalho decidir o conflito**.

Gabarito: Letra E.

57) De acordo com a Constituição Federal, a atribuição de conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, é de competência privativa do Presidente da República,

- A) podendo ser delegada apenas ao Advogado-Geral da União, que observará os limites traçados nas respectivas delegações.
B) não podendo ser delegada, tendo em vista que as atribuições privativas do Presidente da República não são passíveis de delegação.
C) podendo ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
D) podendo ser delegada apenas com relação à comutação de penas aos Ministros de Estados, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.
E) não podendo ser delegada, pois não se encontra dentre as hipóteses previstas pela Constituição Federal como possíveis de delegação pelo Presidente da República.

Comentário:

CF. Art. 84. Compete **privativamente** ao Presidente da República: (**Rol Não-Exaustivo**)

XII - **conceder indulto e comutar penas**, com audiência, **se necessário**, dos órgãos instituídos em lei; (**Delegável**);

XXV - **prover e extinguir os cargos públicos federais**, na forma da lei; (**Delegável, apenas o provimento e desprovimento**, extinção não é delegável)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá **delegar** as atribuições mencionadas nos incisos **VI, XII e XXV, primeira parte**, aos **Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União**, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Competências Delegáveis aos Ministros de Estado, PGR e ao AGU
✓ Editar Decretos Autônomos ;
✓ Conceder Indulto e Comutar Penas ;
✓ Prover e Desprover cargos públicos .

Gabarito: Letra C.

58) Lucas, nas eleições de 2020, quando tinha 24 anos de idade, foi eleito Vereador em certo município brasileiro e, nas eleições de 2024, almeja ser candidato a Presidente da República. Nessa situação hipotética, de acordo com a Constituição Federal e com base apenas nas informações aqui fornecidas, com relação a sua candidatura ao cargo de Presidente da República em 2024, Lucas

- A) poderá se candidatar, desde que renuncie ao mandato de Vereador até quatro meses antes do pleito.
- B) poderá se candidatar, desde que renuncie ao mandato de Vereador até seis meses antes do pleito.
- C) não poderá se candidatar a outro cargo, pois não pode renunciar ao mandato de Vereador, devendo cumpri-lo até o final.
- D) não poderá se candidatar, por não preencher condição de elegibilidade exigida para tanto.
- E) poderá se candidatar, independentemente de renunciar ao mandato de Vereador, pois preenche todas as condições de elegibilidade exigidas.

Comentário:

CF. Art. 14. § 3º São **condições de elegibilidade**, na forma da lei:

VI – a **idade mínima** de:

- a) **35 anos** para **Presidente e Vice-Presidente da República e Senador**;
- b) **30 anos** para **Governador e Vice-Governador** de Estado e do Distrito Federal;
- c) **21 anos** para **Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz**;
- d) **18 anos** para **Vereador**.

Gabarito: Letra D.

59) De acordo com a Constituição Federal, a incumbência para defender os direitos individuais daquele que comprovar a insuficiência de recursos é

- A) da Advocacia Pública, representada pela Advocacia-Geral da União, em todos os graus, apenas judicialmente, de forma integral e gratuita.
- B) da Advocacia Pública, representada pela Advocacia-Geral da União, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita.
- C) de qualquer integrante da advocacia privada, pois o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo, nesse caso, violável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- D) da Defensoria Pública, em todos os graus, apenas judicialmente, de forma integral e gratuita.
- E) da Defensoria Pública, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita.

Comentário:

CF. Art. 134. A **Defensoria Pública** é instituição **permanente, essencial à função jurisdicional** do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a **orientação jurídica**, a **promoção dos direitos humanos** e a **defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos**, de forma **integral e gratuita**, aos **necessitados**, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

Gabarito: Letra E.

60) De acordo com a Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, dentre outros casos, o mandado de segurança contra ato

- A) da Mesa da Câmara dos Deputados e o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior.
- B) da Mesa da Câmara dos Deputados e o habeas corpus decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- C) de Ministro de Estado e o habeas corpus quando o coator for Tribunal Superior.
- D) da Mesa da Câmara dos Deputados e o habeas data contra ato de Comandante da Marinha.
- E) de Ministro de Estado e o habeas data contra o ato de Comandante do Exército.

Comentário:

CF. Art. 102. Compete ao **Supremo Tribunal Federal**, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

PACOTE COMPLETO COM 50%OFF: [CLIQUE AQUI!](#)

I - processar e julgar, **originariamente**:

d) o "**habeas-corpus**", sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas **alíneas anteriores**; o **mandado de segurança e o "habeas-data"** contra atos do **Presidente da República**, das **Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**, do **Tribunal de Contas da União**, do **Procurador-Geral da República** e do **próprio Supremo Tribunal Federal**;

i) o **habeas corpus**, quando o **coator for Tribunal Superior** ou quando o **coator ou o paciente for autoridade ou funcionário** cujos atos estejam sujeitos **diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal**, ou se trate de **crime** sujeito à mesma jurisdição em uma **única instância**;

Gabarito: Letra A.
